

**COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO QUE
LEVOU À NACIONALIZAÇÃO DO BPN
E SOBRE A SUPERVISÃO BANCÁRIA INERENTE**

12 de Março de 2009

24.ª Reunião

Ordem de trabalhos:

Audição do Sr. Dr. Camilo Lourenço

Índice Remissivo

A

A Sr.ª Presidente (Maria de Belém Roseira) · 3, 5, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 21, 32, 35, 38, 41, 44, 45, 49, 50, 56, 57, 62, 63, 64, 71, 73, 75, 79, 82, 83, 88, 95, 98

Afonso Candal (PS) · 72, 73, 74, 78, 79

C

Dr. Camilo Lourenço (Jornalista) · 13, 14, 15, 21, 29, 31, 33, 38, 39, 41, 45, 49, 50, 52, 55, 56, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 72, 73, 74, 76, 78, 80, 83, 85, 87, 92, 96, 98

H

Helena Terra (PS) · 8

Hugo Velosa (PSD) · 7, 57, 60, 62, 67, 70

J

João Semedo (BE) · 3, 12, 35, 38, 44, 65, 82, 84

L

Leonor Coutinho (PS) · 84, 87

M

Marques Júnior (PS) · 95

Miguel Macedo (PSD) · 11, 66, 88, 92

N

Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) · 5, 15, 31, 32, 33, 35

R

Ricardo Rodrigues (PS) · 45, 50, 52, 55, 56, 64

A Sr.^a Presidente (Maria de Belém Roseira): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 19 horas e 30 minutos.

Vamos dar início à nossa reunião e, como de costume, vou buscar o nosso convidado de hoje.

Faríamos, como habitualmente, o período de perguntas de 10 minutos, começando pelo CDS-PP, que requereu esta audição.

Entretanto, o Sr. Deputado João Semedo pede a palavra, penso que para uma interpelação.

Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Serei muito breve, pois gostaria apenas de propor que, na próxima reunião, agendássemos uma discussão sobre o que fazer relativamente a um conjunto de depoimentos que, objectivamente, se contradizem, nuns casos e, noutros casos, incluem afirmações que não são verdadeiras, porque assim o demonstram não só declarações de outros depoentes mas também documentos que existem.

De facto, esta situação tem sido evidente em algumas audições e foi-o particularmente evidente, na última sessão desta Comissão, com um dos testemunhos, pelo que, julgo, este é um problema, tal como o que já aqui discutimos do não envio de documentos solicitados, ao qual a Comissão não pode ficar indiferente, pelo menos, do meu ponto de vista.

Há várias possibilidades, podemos fazer várias coisas, inclusive e no limite, participar das pessoas que fizeram depoimentos que, por qualquer razão, nós consideremos que não correspondem ao dever de verdade que as pessoas que aqui vêm têm para conosco e para com esta Comissão.

Para terminar, gostava só de dizer o seguinte: na audiência do Dr. Leonel Mateus, eu, depois, tive oportunidade de esclarecer que tinha confundido a sua condição de membro de conselho de administração de uma determinada sociedade e ele, posteriormente, esclareceu isso e disse que, de facto, não tinha sido membro do conselho de administração, mas manteve que não conhecia a sociedade, que não sabia para que é que servia a sociedade.

Eu, na altura, pedi para que a Comissão arquivasse, nos seus ficheiros, a certidão que ele me enviou, mas, hoje, queria também pedir que os serviços da Comissão fizessem distribuir, por todos os Srs. Deputados, o registo no *Diário da República* da sociedade Voilpart que, claramente, indica que o Sr. Dr. Leonel Mateus fazia parte da mesa da assembleia-geral desta sociedade.

E, por último, pedia também que distribuíssem um documento, que, creio, todos já devem ter em seu poder, que é a lista dos accionistas da SLN, em que se verifica e se confirma que esta sociedade Voilpart, que o Dr. Leonel Mateus dizia não conhecer, é uma accionista da Sociedade Lusa de Negócios.

Refiro este exemplo apenas para reforçar aquilo que disse, no início, ou seja que me parece que esta Comissão tem que discutir e tomar alguma deliberação sobre o que fazer com depoimentos que se contradizem ou com depoimentos que revelam que não é respeitado o

dever de verdade que as pessoas, que aqui vêm testemunhar perante a Comissão, têm que respeitar, porque assim o diz o Código do Processo Penal.

Portanto, acho que este é um problema político que nós não podemos iludir, não podemos disfarçar, não podemos fingir que não estamos a ver, porque ele é evidente em muitas das nossas audições.

Obrigado.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, queria secundar esta preocupação do Sr. Deputado João Semedo e recordar que a Lei dos Inquéritos Parlamentares é, a este propósito, muito clara.

De facto, nós não trabalhamos numa Comissão Parlamentar qualquer, trabalhamos numa Comissão Parlamentar de Inquérito, em que, de resto, não representamos grupos parlamentares, e essa Lei dos Inquéritos Parlamentares aplica, supletivamente, o Código do Processo Penal naquilo que não esteja expressamente previsto nesse regime jurídico.

Ora, entre outras circunstâncias, lá se pode ler que as declarações aqui prestadas às informações requeridas têm que ser feitas com verdade, sob pena de se cometerem crimes de dimensão jurídico-penal. Mas, nós temos aqui um problema que é o problema pragmático de tempo. Os trabalhos desta Comissão terminariam agora, em meados de Março, e por isso apresentei um requerimento para a prorrogação dos nossos trabalhos

por mais algum tempo, requerimento esse que já foi deferido, sendo que com todas as audições requeridas, dificilmente as faríamos todas neste tempo e, portanto, vamos ter, necessariamente, que emagrecer este grupo de pessoas a ser ouvido na Comissão.

Mas isso não invalida que algumas pessoas, que aqui prestaram depoimento, verificando-se nas audições subsequentes que, objectivamente, mentiram à Comissão – e isso percebe-se por outros depoimentos que aconteceram posteriormente e por documentos que, entretanto, foram encontrados –, devam, numa primeira fase, esclarecer o que disseram.

Sem aqui fazer nenhum juízo de valor, nem querendo dizer que a pessoa em concreto mentiu, creio que quem tenha prestado depoimentos que não correspondam com o que nós apuramos, devem, numa primeira oportunidade, poder aqui esclarecer a razão dessa divergência.

A verdade é que, se assim já foi decidido em relação ao Dr. Dias Loureiro, há uma ou outra pessoa, com funções muito importantes no âmbito do BPN e da SLN, que deverão também prestar esclarecimentos adicionais. Recordo, por exemplo, o Dr. Abdool Vakil, que me parece justificar já uma segunda vinda a esta Comissão, tendo em conta a sua primeira audição, para esclarecimentos adicionais.

Portanto, Sr.^a Presidente, queria dizer que, no que me toca nesta Comissão, vou emagrecer aquele conjunto de audições que requeri. Amanhã mesmo, com o critério possível, tenciono comunicar à Mesa, mas isso não invalida – e espero que a Comissão seja a isso sensível – que possa, porventura, requerer uma ou outra segunda audição, segundo o mesmo critério que foi utilizado em relação ao Dr. Dias Loureiro, que não

uso, obviamente, em relação ao Dr. Vítor Constâncio, porque esse ainda não prestou aqui depoimento e está decidido que a audição será um bocadinho lá mais para diante.

Portanto, era só isto que queria dizer, Sr.^a Presidente, e, enfim, talvez uma cautela acrescida, embora a Sr.^a Presidente tenha sido impecável na condução dos trabalhos, que é uma preocupaçãozinha na menção, que é feita a cada pessoa que aqui vem depor, da necessidade de prestar depoimento com absoluta verdade e das consequências de não o fazer para que, de hoje para amanhã, não julgue alguém que pode vir aqui dizer mentira e, com isso, não sofrer nenhuma consequência.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sr.^a Presidente, naturalmente que, numa produção de prova da dimensão que temos tido aqui, com os dados que vão sendo colhidos e com uma documentação que nunca mais acaba, é verdade aquilo que disse, agora, o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda de que há depoimentos que não são coincidentes, depoimentos que não serão verdadeiros, depoimentos que contrariam documentos...

Tudo bem, estamos ainda na produção de prova, mas é evidente que, no caso em que haja prova documental notória contra os depoimentos, quando nós analisarmos a prova e, na altura própria, tê-lo-emos que fazer, e temos que dar, naturalmente, prioridade aos documentos, porque os documentos, não tendo sido postos em causa, produzem uma prova diferente daquela que as pessoas vieram cá depor.

Naturalmente que estamos de acordo de que existe um dever de verdade na prestação de depoimentos ao Parlamento e, aliás, o contrário não seria normal, porque o Parlamento tem que ser respeitado nessas normas e há normas legais aplicáveis, e, portanto, aquilo que sugiro é que, havendo casos em que os Deputados da Comissão de Inquérito entendam que existe, efectivamente, violação de normas, nomeadamente por aplicação do Código de Processo Penal à nossa Comissão de Inquérito, requeiram, efectivamente, que sejam enviadas ao Ministério Público as respectivas certidões para o procedimento das normas criminais aplicáveis.

Em relação aos esclarecimentos adicionais, deixo também a sugestão de que isso só ocorra quando algum Deputado da Comissão de Inquérito assim entenda e o requeira para que nos possamos pronunciar-nos em relação ao caso concreto e para que não haja uma situação não muito definida dos esclarecimentos adicionais mas muito concreta face à situação concreta para que haja esse esclarecimento adicional.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Terra.

A Sr.^a Helena Terra (PS): — Sr.^a Presidente, relativamente àquilo que foi referido pelos Srs. Deputados que me antecederam, é evidente que – e a Sr.^a Presidente não presidiu aos trabalhos aquando da audição do Sr. Dr. Leonel, na terça-feira passada – algumas perplexidades surgiram, a nós todos, perante o depoimento deste senhor.

De qualquer forma, penso, não obstante não ser a relatora desta Comissão de Inquérito, que o relatório será forçosamente votado em sede

de plenário da Comissão e, portanto, acho que essa será a sede própria, até porque já estão encerradas todas as diligências, para que a Comissão possa concluir, nomeadamente, da valoração que fará do conjunto de diligências e de elementos de prova que foram produzidos em sede de Comissão.

É evidente que a todos nós choca, eventualmente, aquilo que se vai passando e não somos indiferentes a isso. De qualquer forma, não nos podemos esquecer de que não estamos no domínio de um inquérito no âmbito do Processo Penal mas, sim, no domínio de uma Comissão de Inquérito a funcionar no seio da Assembleia da República.

Se é certo que as pessoas que vêm prestar depoimento, em sede de Comissão de Inquérito, deverão falar verdade – e nessa matéria, se calhar e não obstante isto não ser nenhum tipo de reparo à forma, aliás, já referida, como V. Ex.^a tem conduzido superiormente os trabalhos desta Comissão –, é evidente que, também nesse papel, só poderá, quando muito, fazer a advertência de que será bom para os próprios depoentes que os depoimentos que aqui prestam sejam feitos, com o máximo de verdade, atendendo àquilo que a memória humana é capaz.

De qualquer forma, há algum tipo de falta de memória que é difícil que nós consigamos aceitar e acho que foi um bocadinho de tudo isto o que se passou, aqui, na terça-feira passada.

Contudo, não queria deixar de lembrar que estamos num domínio onde as pessoas, que vem prestar depoimento, não estão sujeitos a juramento e, portanto, não prestam juramento inicial.

É evidente que, se têm o dever geral, até porque estamos perante um órgão de soberania, de falar verdade, não estão a falar sob juramento

legal e, portanto, isto tudo para dizer que não sei se não será, passe o termo, precipitado, de alguma forma, que, nesta circunstância temporal, a Comissão possa estar a tirar conclusões sem ser em sede de relatório final, no sentido de valorar os elementos de prova que aqui vão sendo produzidos.

E pode ser precipitado até porque elementos de prova produzidos *a posteriori* poderão vir a alterar aquilo que nos parece ser hoje um mínimo de convicção que temos a este propósito.

Sumariamente, direi que, não estando as pessoas sujeitas à obrigação de o prestar juramento legal, porque não estão nem podem estar, de acordo com aquilo que é o regime legal que norteia os actos de uma Comissão de Inquérito, e não estando nós, ainda, em sede de produção do relatório final desta Comissão, parece-me precipitado estar, neste momento, eventualmente, a requerer que sejam extraídas certidões de actas de algumas das audições aqui efectuadas, porque, penso, esse é um dos objectivos que pode e deve ser cumprido, aquando da elaboração do relatório final, na valoração dos elementos de prova que forçosamente terá que ser feita e, eventualmente, chegarmos à conclusão de que alguns elementos terão que ser remetidos para a Procuradoria-Geral da República, que é quem tem competência nesta matéria, para que, aí sim, a Procuradoria possa proceder conforme achar de direito.

Portanto, parece-me que esta será a posição mais prudente a assumirmos, neste momento.

E era só, Sr.^ª Presidente.

A Sr.^ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr.^a Presidente, concordando inteiramente com o que disse o Sr. Deputado Hugo Velosa, punha mais uma ressalva, para além daquelas que a Sr.^a Deputada Helena Terra acabou de mencionar, e que tem a ver com o seguinte: sem prejuízo do procedimento que foi sugerido e com o qual concordo no tempo oportuno, julgo que cada uma dessas situações tem que ser avaliada de *per si* e chamo particularmente a atenção para a circunstância de alguns dos confrontos de verdade, que aqui se têm travado, se processarem em torno de documentos que não constam oficialmente da documentação da Comissão.

Portanto, por essa razão adicional em relação àquilo que disse o Sr. Deputado Hugo Velosa e àquilo que acrescentou a Sr.^a Deputada Helena Terra, sem prejuízo de se vir a verificar essa circunstância, ou seja, da comunicação às entidades competentes para efeitos criminais designadamente, eu entendo que era bom que a Comissão, quando essa situação se puser, avaliasse, com enorme rigor, cada uma dessas situações, porque também não é pretensão da Comissão enxamear a Procuradoria-Geral da República de alegadas desconformidades entre aquilo que aqui é declarado e a documentação que existe - e, aliás, queria sublinhar que a documentação que existe ou que é invocada tem que ser documentação que está depositada ou que deu entrada no acervo documental desta Comissão.

E, portanto, sem prejuízo disso, acho que deve haver ponderação e escolha do momento certo para se tomarem essas providências, com as quais concordo, quando elas se justificarem inteiramente.

A Sr.^a Presidente: — O Sr. Deputado João Semedo pede novamente a palavra, mas pedia-lhe para ser breve, porque nós ainda não estamos a discutir esta matéria, mas, sim, a colocar a necessidade da sua discussão.

Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — Depois da intervenção da Sr.^a Presidente, quase que não tenho mais nada para dizer, porque era exactamente isto que eu quero referir, pois o que eu quis dizer foi que me parece que, ao fim de 20 e tal audições, este problema existe e não podemos iludi-lo ou fingir que ele não existe.

Quando à forma de o tratar ou à sua metodologia, estou de acordo com algumas das coisas que ouvi e com outras não estou, mas, do meu ponto de vista, creio que nós, em próxima reunião, deveremos abordar este problema e tomar a decisão que a maioria ou todos entendermos.

De facto, a minha intervenção inicial não visava que se discutisse este assunto, hoje, aqui, mas acho que é um ponto que não podemos deixar de discutir numa próxima e muito breve reunião.

A Sr.^a Presidente: — Muito bem, penso que estamos todos de acordo com esta conclusão, é um ponto a agendar para discussão e é importante que juntemos, digamos, mais algumas audições até para, entretanto, os vários membros da Comissão pensarem detidamente sobre esta matéria, uma vez que ela é importante, delicada e melindrosa.

Não quero, no entanto, deixar de sublinhar que, independentemente do juramento, é dever de qualquer cidadão, perante

um órgão de soberania, falar verdade e toda a verdade, mesmo que seja dizer «eu não me lembro», se for esse o caso, isso é preferível...

Vozes: — Sim, dizer que não se lembra é um direito...!

A Sr.^a Presidente: — Agora, para não atrasarmos mais os trabalhos de hoje, vou, de imediato, buscar o Sr. Dr. Camilo Lourenço, que é o nosso convidado de hoje.

Pausa.

Queria cumprimentar o Sr. Dr. Camilo Lourenço, agradecer-lhe vir aqui falar connosco, nesta Comissão de Inquérito, e, dando já seguimento a um pedido que acabou de me ser colocado, sem prejuízo de entender que V. Ex.^a não precisa dessa recordatória, quero lembrar-lhe que, apesar de os depoimentos, nesta Comissão, não serem prestados sob juramento, é pressuposto de todos os Deputados que estes depoimentos sejam prestados com verdade.

Portanto, seguindo o modelo que, normalmente, é usado nestas audições, ia pedir ao Sr. Dr. que nos fizesse um brevíssimo currículo seu e, se desejar, pode prestar alguma declaração inicial, mas pedia-lhe que fosse breve.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço (Jornalista): — É muito importante o currículo?

A Sr.^a Presidente: — Não, é apenas uma notinha muito breve. Sabemos que é jornalista, mas pode querer dizer alguma coisa mais, digamos, do conteúdo desse título, que já é um título recheado, evidentemente, mas, de qualquer das maneiras, pedia-lhe para fazer só uma curtíssima indicação e, depois, começaremos a reunião com blocos de 10 minutos de perguntas da parte de cada um dos Srs. Deputados, e, depois, sendo um jornalista, também posso pedir para ser muito sucinto e muito objectivo nas respostas.

A palavra é sua, Sr. Dr. Camilo Lourenço.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Sou jornalista há 20 anos, tenho formação em várias áreas, mas a área a que me dediquei, quase sempre, desde o início da carreira, e já como estagiário, foi a área bancária. Aliás, daí a ligação a estes e a outros casos, a que estive ligado no passado, porque, infelizmente, este não foi o primeiro caso de problemas com bancos e não foi o primeiro caso de denúncia de que algo não ia bem com bancos.

Recordo-me de um episódio, anterior a este, que foi o caso do Banco Franco-Portugaise, que, na altura, era detido em 30% pelo BNU e o resto pelo empresário Miguel Quina e, depois, foi o que se viu: prejuízos graves e a maior parte daquele dinheiro todo assumido pelo contribuinte.

Gostava só de fazer aqui um ponto prévio, primeiro, para dar os parabéns à Comissão, porque, confesso, não tenho muito boa opinião de comissões parlamentares, porque, realmente, não chegam a bons resultados, mas esta está a ser uma agradável surpresa, porque tem conseguido destapar coisas importantes, e, segundo, gostava de fazer um

elogio à presidente da Comissão, porque acho que tem conduzido as sessões da forma mais correcta e da forma mais eficaz que tenho encontrado ao analisar estas coisas, desde há muitos anos.

A Sr.ª Presidente: — Obrigada.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Estou à vossa disposição.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente.

Sr. Dr., vou colocar-lhe 10 perguntas, vou ouvir as respostas e, depois, vou ter de sair não porque tenha menos interesse nos esclarecimentos que dará mas porque tenho um outro debate, ainda esta noite, e tenho mesmo que sair por causa disso.

As questões que lhe coloco, agradecendo, desde já a sua disponibilidade, são as seguintes: em Março de 2001, numa notícia que ficou célebre pelas circunstâncias, que são de hoje, a revista *Exame*, que, na altura, dizia na capa que «o Banco de Portugal tinha passado um cartão amarelo ao BPN», era, depois, no conteúdo, muito premonitória em relação ao que acabou por suceder.

Em primeiro lugar, pergunto-lhe o que é que entendia por esse «cartão amarelo» e se pode, socorrendo-se da investigação jornalística que então fez, explicitar o que escreveu, nomeadamente em alguns

pontos que têm, desde logo, importância, porque não permitem que, sobre eles, se invoque desconhecimento e menos permitem que se diga que, só no ano transacto, foi possível descobrir o que agora se vai aqui esclarecendo um bocadinho mais. É que nós não estamos a falar em Março de 2001.

Portanto, são estes alguns dos pontos que gostava que o Sr. Dr. pudesse esclarecer e vou ler alguns extractos do artigo em causa para que o Sr. Dr. depois comentasse.

Primeiro: «Nos seus cofres, o dinheiro entra a um ritmo alucinante e parece multiplicar-se. Consequências? O Banco de Portugal mostrou o cartão amarelo, aumentou a pressão e mostra-se preocupado, enquanto a concorrência observa estupefacta a forma como estão a ser geridos os activos e passivos de um Grupo pelo qual o futebolista Luís Figo dá a cara».

Segundo: «O mais surpreende, neste grupo de capitalistas sem cara, é mesmo o modelo de gestão do BPN e da Holding SLN, o seu apetite comprador e, fundamentalmente, a estranha estratégia de obtenção de recursos como se essenciais ao seu funcionamento».

Terceiro: «Para todos os efeitos, trata-se de um banco emergente que apresenta, de forma consistente, crescimento de três dígitos, tem excedentes de liquidez, paga juros acima da concorrência pelos depósitos dos seus clientes e sustenta uma arriscada estratégia de crédito».

Outro ponto: «Os gestores da banca, contactados pela *Exame*, mostram-se perplexos com a estratégia que leva o banco, por exemplo, em emprestar ao sistema a taxas da ordem dos 4,6% dos seus excedentes

de liquidez que, na prática, tem origem em depósitos a prazo que recolhe a 5.5%.».

Outro ponto: «O dinheiro que cede à concorrência rende muito menos do que aquele que paga pelos depósitos dos seus clientes».

Outro ponto: «As aquisições constituem outro enigma profundo».

Outro ponto: «Os concorrentes do BPN têm uma interpretação dos factos diferente da fornecida pelo presidente do Grupo. Face ao risco implícito do BPN, este parece não conseguir obter fundos de linhas de crédito no sistema, a preços competitivos, preferindo pagar juros elevados aos seus clientes em troca de depósitos significativos para a sua dimensão enquanto instituição de crédito».

Outro ponto: «O BPN vê-se pressionado a praticar crédito a taxas superiores ao mercado, quando o sector opta por apertar a malha, reclamando garantias reais e introduzindo métodos de *scoring*, estimativa de grande risco com base em critérios bem definidos, draconianos».

Outro ponto: «O sistema assusta-se com a boa fortuna e teme uma implosão, o preço a pagar por um crescimento sem base sólida pode ser assustador».

Outro ponto: «A sua carteira de crédito está concentrada em alguns sectores seus accionistas».

Outro ponto: «O juro cobrado nos empréstimos significa clientes de elevado risco, provavelmente recusadas por outros bancos».

Outro ponto: «O departamento liderado pelo vice-governador António Marta tem procurado, o que não é seu hábito nem tradição, acomodar o Grupo de Oliveira e Costa às boas regras de solvabilidade, antes que aconteça um acidente».

Outro ponto: «A SLN investiu meios financeiros num sector da economia, o imobiliário, parecendo estar à caça de solidez e lucros avultados».

Outro ponto: «O facto de a SLN e o BPN apresentarem lucros, apesar das reservas dos auditores, os excedentes de liquidez impediu o Banco de Portugal de avançar com outro tipo de recomendações mais duras».

Outro ponto: «Um Grupo que ainda parou para consolidar».

Outro ponto: «Enigmas são também a compra da sociedade Plêiade a José Roquete e Manuel Dias Loureiro, sem que se saibam os valores envolvidos, à aquisição de 50% do British Hospital, a absorção do Grupo Serviços Financeiros Fincor, por um milhão de contos, e a negociação de outro banco».

Outro ponto: «O mercado insiste em questionar a alegada riqueza e os hábitos aquisitórios da SLN BPN, face aos rendimentos líquidos que apresenta».

Último ponto: «No Banco de Portugal, os responsáveis mostram-se nervosos».

Ora bem, Sr. Dr., por que é que fiz esta exaustiva e, ainda assim, sumariada referência a alguns aspectos desta entrevista? É que nós, de facto, reportamo-nos a Março de 2001 e eu, nesta entrevista, vejo lá tudo aquilo que, ao que parece, à data, foi «crime», mas que, hoje, o é, não pela perspectiva de quem escreveu mas pela perspectiva de quem, porventura, era, nesse tempo, avaliado, não é assim? E, repito, estávamos em Março de 2001.

Assim, pergunto-lhe, a começar, se o Sr. Dr., porventura, terá tido, durante a investigação, algum acesso privilegiado às contas do BPN e da SLN - aliás, eu gostaria imenso que pudesse ser pergunta/resposta, mas, para ajudar a Sr.ª Presidente nesta impecável condução dos trabalhos, não posso querer abusar e, portanto, continuarei a colocar as questões e o Sr. Dr. responderá no fim.

Portanto, a minha primeira pergunta é sobre se teve algum acesso privilegiado às contas do BPN e da SLN ou se até terá dons premonitórios, porque a verdade é que escreveu isto tudo.

Depois, quero perguntar-lhe sobre o que aconteceu mais tarde e que culminou com a nacionalização do BPN e que já é descrito nesta reportagem de 2001.

Pergunto, então, como é que é possível que um jornalista tenha descoberto e escrito tudo isto, em 2001, e em 2008, a supervisão venha dizer que, sobre parte disto, nunca tinha ouvido, sequer, rumores, não tinha ouvido nada? Por acaso, não trouxe a transcrição, mas poderia ler uma entrevista, que achei muito curiosa, do Sr. Governador do Banco de Portugal, onde este dizia, depois de questionado, enfim, sobre o que se percebe, que não tinha rumores, que não tinha nada e, portanto, não havia como perceber o que se passava no BPN.

O Dr. Dias Loureiro, também disse que ficou tão preocupado com o artigo e que foi, de *motu próprio*, ao banco central comunicar que a instituição devia estar atenta.

Pergunto-lhe: por acaso, falou com o Dr. Dias Loureiro sobre o artigo em causa e se o Dr. Dias Loureiro mostrou algum espanto, desassossego ou preocupação com o que leu nesta na *Exame*?

Uma outra pergunta tem que ver sobre os problemas que, eventualmente, tenha encontrado durante a investigação jornalística ao BPN, se é que detectou problemas no próprio decurso da investigação, aquilo que são as tais pedras no caminho...

Em Novembro de 2008, em entrevista à RTP, o senhor disse (e cito): «Eu tenho dúvidas que o Banco de Portugal não soubesse». Como sabe, Sr. Dr., o Banco de Portugal e os termos da supervisão é um dos aspectos a ter em conta no objecto desta Comissão, por isso pergunto-lhe se lhe parece crível que as inspecções do Banco de Portugal não tivessem embatido com os problemas que a revista *Exame* tão claramente revelava, mais até porque esta revista é uma revista da especialidade e é suposto estarem atentos a esta revista aqueles que desempenham funções importantes neste sector.

Enfim, gostava de saber se o Banco de Portugal o interpelou ou se tentou saber por que razão escreveu o que escreveu, se por acaso o questionou sobre a veracidade do que lá dizia, como suponho que seria suposto numa supervisão atenta ao mercado e à banca e a este banco, muito em particular.

A outra dúvida que tenho é como os jornalistas sabiam dos problemas que existiam no BPN e o Banco de Portugal não. Obviamente que não seriam todos os jornalistas, mas, no caso, um jornalista e um outro foi também sobre isto escrevendo ao longo dos tempos.

E eu pergunto-lhe se é crível que um jornalista tenha detectado e escrito tudo isto e o Banco de Portugal, com todos os seus responsáveis, com todos os seus técnicos, com todos os seus meios de supervisão quaisquer que sejam, mas suponho que serão certamente maiores do que

aqueles que o Sr. Dr., enquanto jornalista, tinha, não o tenha conseguido detectar?

Na mesma entrevista e na reportagem de 2001 aludiu, por diversas vezes, aos rumores que existiam, na altura, no mercado. E eu pergunto-lhe: Sr. Dr., quais eram esses rumores? E, também neste caso, considera aceitável, crível, faz sentido que esses rumores só tenham chegado ao Banco de Portugal em 2008, tal qual afirmou o seu governador?

E, finalmente, pergunto-lhe o que quer dizer quando refere «falta de atenção do departamento de supervisão bancária do Banco de Portugal». Em que é que se baseia para fazer esta afirmação?

Fico-me, por enquanto, com estas 10 perguntas, Sr.^a Presidente, e, depois de ouvir as respostas, sairei pelo motivo que indiquei.

Muito obrigado.

A Sr.^a Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra, para responder, o Sr. Dr. Camilo Lourenço, agradecia-lhe uma resposta tão sucinta quanto possível.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Então, aqui vai o mais sucinta possível.

Isto é assim: quem trabalha nesta área financeira e conhece minimamente de contas, e há muito bons jornalistas nesta área, estranha que o activo de uma instituição de crédito recente possa crescer a dois ou três dígitos de um ano para o outro.

Quem trabalha nesta área e faz contas, acha estranho que um banco, em vez de se financiar no mercado monetário, ou seja, no mercado entre bancos, vai ao mercado de retalho, ou seja, aos balcões, pagar taxas

de juro de 5,5% e, depois, emprestar a outras instituições a taxas de juro inferiores àquelas que foi buscar ao mercado. Isto, a mim, faz-me confusão, porque, confesso, em lado nenhum este tipo de situações tem explicação.

Uma coisa é um banco fazer uma campanha momentânea para ir buscar clientes e, portanto, pagar taxas elevadíssimas, outra coisa é fazer isto de forma sistemática e estrutural e, depois, chegar ao cúmulo de dar uma entrevista, como aconteceu com o presidente do BPN à *Exame*, na altura, em que ele diz «não, isto é a nossa forma de mostrar-lhes também que não precisamos deles». Isto pareceu-me um perfeito disparate, na altura. E foram sinais como este que despertaram a minha atenção e que, na altura, pedi ao jornalista em causa para começar a investigar.

Como na maior parte da minha vida de jornalista financeiro tive sempre bom acesso a fontes no Banco de Portugal, a primeira informação séria, depois destas dúvidas que levei ao Banco de Portugal, saiu de dentro do próprio Banco de Portugal. Aliás, disse na televisão, na entrevista, que referiu há bocadinho, na RTP1, que «uma das primeiras informações sobre a situação grave em que o BPN ameaça encarrilar, veio, precisamente, de dentro do Banco de Portugal».

Ao longo da investigação e à medida que fomos tendo conhecimento de factos cada vez mais graves, como, por exemplo, a exposição que o banco começava a ter na área imobiliária, com compras de valor elevadíssimo de quintas, de terrenos, de alguns dos quais eu vi documentos, que ficavam claramente acima de qualquer avaliação que o melhor especialista do mercado imobiliário dizia ser possível avaliar.

Voltei a falar com o Banco de Portugal, na altura, obviamente sempre em total sigilo – esta era uma das gargantas fundas que nós tínhamos, quando fomos investigar isto – e o Banco de Portugal estava estupefacto. E estava de tal maneira estupefacto e preocupado que o vice-governador António Marta teve estas conversas muito aborrecidas e muito assertivas com o Dr. Oliveira e Costa e, daí, várias coisas como separar os negócios imobiliários para um lado e, depois, os aumentos de capital que o Banco Português de Negócios foi obrigado a fazer nos meses seguintes.

É claro que, do ponto de vista oficial, quando nós falávamos com o Banco de Portugal, a resposta era: «não comentamos assuntos de instituições de crédito». No entanto, as informações que eu tinha do departamento de supervisão do Banco de Portugal, e quero realçar este ponto, do departamento de supervisão do Banco de Portugal, apontavam para duas coisas: grande preocupação e necessidade de fazer um aperto grande à instituição. Aliás, não é por acaso que pomos na capa «Um cartão amarelo ao Banco de Luís Figo».

Portanto, estas foram duas componentes importantes: olhar para o mercado e perceber que aquilo era uma estratégia dificilmente explicável.

E, já agora, gostava de chamar a atenção dos Srs. Deputados de que nos bancos é assim, aliás, nas empresas é assim: quando nós vemos empresas a crescerem a taxas de dois ou três dígitos no espaço de dois ou três anos, ficamos preocupados, porque, primeiro, é um crescimento orgânico muito rápido e dificilmente não se cometem erros quando se fazem crescimentos orgânicos muito rápidos. Mas isto vale para uma empresa imobiliária, uma empresa de fabrico de sapatos? Bem isso, daí,

não vem grande mal ao mundo, a empresa vai à falência e quem assume aquela brincadeira são os accionistas.

Só que, quando estamos a falar de bancos, é o que se vê... É o que se vê com o BPN, foi o que se viu com o Banco Franco-Portugaise, em que a Caixa Geral de Depósitos fez a mesma coisa que fez no caso do BPN e enterrou lá uma boa parte do dinheiro dos contribuintes, e é o que estamos a ver no caso do BPN. Aliás, no caso do BPN, e já agora que estamos a falar em entrevistas, se bem se recorda, no próprio dia em que o Ministro das Finanças e o Governador do Banco de Portugal anunciaram a nacionalização, eu disse na televisão que tinha muitas dúvidas que o buraco financeiro do BPN fosse de 700 milhões de euros. Como esta a ver, já passou para 1400, depois para 1500, já vai em 1800 e eu tenho sérias dúvidas se não vai ser pior do que isto.

Portanto, respondendo à sua pergunta, isto foi em parte análise de factos de gestão que não batiam certo e, por outro lado, informações privilegiadas que tínhamos no Banco de Portugal.

Perguntou-me o que é que o sistema queria dizer quando comentava o risco que o BPN estava a correr. É muito simples: para maior parte dos gestores da banca com quem falei – eu e o Pedro Fernandes, que era o jornalista na altura - o mercado dizia que, provavelmente, estávamos perante um estouro que teria lugar nos próximos cinco anos, mas que se iria ouvir longe. Eu, infelizmente, tenho pena porque parece que levamos mais de cinco anos para perceber que o BPN estava a caminhar para um estouro que, agora, acabamos por verificar que foi premonitório.

O que é que quer dizer «Banco de Portugal nervoso»? O Banco de Portugal estava muito preocupado, porque, como sabem, já tinha tido vários casos como a Caixa Económica Faialense, a Caixa Económica Açoriana, o Banco Franco-Portugaise, embora fosse só a parte do BNU na BFP, e, pelos vistos, estava em risco de ter um problema maior porque, neste caso, era um banco maior, estava a crescer muito rápido, e sobretudo porque ameaçava, pela forma como conduzia os seus negócios, ter um problema a breve trecho.

Perguntou também o Sr. Deputado se o Banco de Portugal nada sabia. Bom, Eu acho isto uma coisa espantosa!... Ouvi as declarações que referiu, há bocadinho, feitas aqui, nesta sala, por responsáveis do Banco de Portugal. Acho isto verdadeiramente espantoso, primeiro, porque o vice-governador António Marta, que, se calhar, era demasiado boa pessoa para estar naquele cargo, teve conversas muito difíceis com o Dr. Oliveira e Costa sobre o Banco Português de Negócios, por informações nossas de dentro do Banco de Portugal.

Em segundo lugar, porque os aumentos de capital são feitos a contra-gosto pelo Banco Português de Negócios e pelos seus accionistas. Aliás, quero recordar que, nesse trabalho que referiu há bocado da revista *Exame*, há aqui uma parte da entrevista em que o jornalista pergunta ao Dr. Oliveira e Costa: «Mas e o dinheiro já entrou todo no Grupo?». E ele responde: «Falta parte da SLN Valor, que realizou 30% da posição que lhe corresponde, estando obrigada a pagar os restantes 70% até Junho». Isto é inacreditável. Tenho dificuldade em perceber como é que o Banco de Portugal, sabendo a dificuldade que a instituição já começava a revelar e o risco, tenha tolerado uma coisa destas, mas, enfim. O que acho espantoso

é a explicação de Oliveira e Costa, que é a seguinte: «É muito dinheiro e, por isso, houve esta preocupação de dar aos accionistas tempo para encontrarem os meios de que precisam para deter as posições que desejam e que legitimamente merecem ter».

E eu que pensava que um banco tem como obrigação fundamental proteger poupanças e, portanto, eu, se fosse Banco de Portugal, a primeira coisa que teria dito ao Dr. Oliveira e Costa era: olhe, eu não quero saber se os accionistas querem manter as posições ou não, eu quero saber é se eles têm os rácios em condições, porque, se de hoje para a amanhã houver um problema, vocês dão um estouro e o Estado é que vai ter que cobrir os depósitos e todos os problemas associados ao banco.

Portanto, acho estas coisas inacreditáveis e, sobretudo, acho incrível que o Banco de Portugal diga que nada sabia, depois deste tipo de conversas e deste tipo de envolvimento daquilo que foi todo o questionamento, passe a expressão, que teve em relação ao banco.

Há bocado, perguntou-me como é que se explicava que o banco fosse ao mercado buscar liquidez em depósitos, que pagava taxas elevadíssimas e, depois, emprestava a taxas mais baixas. Eu só encontro uma explicação: primeiro, a necessidade de mostrar ao sistema que não precisava do mercado interbancário, ou seja, do mercado entre bancos e, em segundo lugar, porque, provavelmente, já havia instituições que começavam a ter dúvidas sobre se deviam emprestar dinheiro ao BPN ou não, no próprio mercado interbancário.

Estou convencido, pelas informações que tive na altura e, hoje, à distância, porque já voltei a falar com pessoas sobre este tema, que uma boa parte da explicação reside aqui, porque, apesar de tudo, nem toda a

gente é desonesta nisto, nem toda a gente é pouco precavida, exactamente, graças a Deus e, porque uma boa parte dos banqueiros são precavidos, começaram a olhar para aquilo que era a estratégia de expansão do BPN, que aliás, metia a aviação, o vinho, os automóveis, os componentes, a saúde, enfim, coisas que são estranhas para uma instituição que está envolvida no mercado financeiro, mas, enfim.

Dizia eu que os banqueiros são pessoais precavidos e quando começam a ver crescimentos deste género, até pelos exemplos que nós já tínhamos do passado em Portugal, estranharam e houve alguns – e lembro-me claramente das instituições – que me disseram textualmente isto: «olhe, nós não emprestamos dinheiro ao BPN no mercado monetário, porque temos receio de que o banco tenha um problema grave um dia destes e ficamos expostos». Tão simples quanto isto. E banqueiros...! Um deles presidente de um grande banco do mercado, na altura.

Sobre a carteira de crédito e a concentração de empréstimos, a minha resposta é a seguinte: esse era um dos problemas que incomodava o Banco de Portugal. Porque numa certa altura, aliás, lembro-me, quando nós começámos a fazer o artigo, uma das coisas que nos preocupou foi que começámos a descobrir que havia alguma concentração de empréstimos – e não era só de empréstimos –, e de operações que envolviam pessoas, accionistas, que estavam na órbita – e não vou mais longe porque não quero mais processo para além daqueles que já tive por causa do BPN – do BPN. Aliás, isto é uma situação recorrente, frequente, de que nós temos exemplos noutros bancos do sistema financeiro em

Portugal, e sobre um deles, os Srs. Deputados têm uma Comissão de Inquérito para averiguar o que é que passou com a instituição.

Aliás, já agora, sobre a sua referência a quando nós fizemos esta reportagem, gostava só de acrescentar que não foi só esta. Há dias, uma fonte da CMVM dizia-me assim: «olhe, lembro-me de um artigo que vocês fizeram em 2002 (portanto, um bocado mais tarde do que este), em que já se apontavam alguns dos problemas por que o Banco Comercial Português estava a passar». Alguns deles foram detectados nessa altura e estão lá, no artigo, que fizemos, e que, aliás, bons engulhos nos trouxe à semelhança do que aconteceu neste.

Mas, estava eu a explicar que, face a esta concentração de operações com pessoas que estavam na órbita e, em alguns casos, eram mesmo accionistas do BPN – porque, às vezes, não é fácil descobrir estas coisas porque uma coisa é o rumor que se ouve e depois estar a descobrir isto para chamar um banco e ser assertivo ou então obrigar um banco a tomar medidas, vai uma distância muito grande – o Banco de Portugal, numa certa altura, começou a ficar preocupado com esta concentração. Portanto, são preocupações deste género que o sistema em geral e que o Banco de Portugal encontrou e que levaram a este questionar, com uma frequência inusitada, o Banco Português de Negócios.

Resumindo o que eu disse, face a estes pontos, tenho muita dificuldade em perceber que o Banco de Portugal não soubesse rigorosamente nada do que se estava a passar.

Não sei se falhei alguma questão que tenha colocado?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sobre o Dr. Dias Loureiro!

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Ah, falou-me do Dr. Dias Loureiro e perguntou-me se ele tinha tido uma conversa comigo.

Quanto a isso, também já escrevi sobre o assunto. Aliás, eu não estou aqui a revelar nada do que não tenha dito já em público não só na televisão como, inclusive, no jornal para que escrevo, que é o *Jornal de Negócios*.

O artigo causou uma dificuldade muito grande, causou um mal-estar profundo entre não só a revista, e o Banco Português de Negócios, como deve calcular, razão pela qual pedimos uma entrevista ao Dr. Oliveira e Costa, antes de publicarmos o artigo, porque o artigo era para sair só como investigação e, para minimizarmos o risco e, sobretudo, porque havia algumas operações mal explicadas, decidimos pedir ao Dr. Oliveira e Costa uma entrevista, aliás, entrevista essa de que acabei de ler agora um excerto, e, nessa entrevista, dissemos-lhe o que íamos fazer e qual é que era o conteúdo da reportagem. Ele ficou um bocado incomodado, como devem calcular, e deu a entender que se fosse preciso o banco accionaria judicialmente a revista.

Ora, nós decidimos ir para a frente com a reportagem e, dois ou três dias depois, recebi uma chamada do responsável do Grupo a dizer-me que o Dr. Dias Loureiro queria falar comigo, como director da revista. E eu dei aquela resposta que dou sempre nestas ocasiões que é: «então, mas se ele quer falar comigo que ligue directamente para mim e não precisa de intermediários». Neste caso, o intermediário era o Dr. Pinto Balsemão, que era o presidente do Grupo Impresa.

Peguei no telefone do Dr. Dias Loureiro, liguei para ele, não consegui falar com ele, e deixei-lhe ficar um recado. Ele não respondeu, mas, nessa mesma noite, por mero acaso, como eu era comentarista da SIC Notícias, estava na SIC e o Dr. Dias Loureiro vinha a sair da sala de caracterização e encontrei-o ali e disse-lhe: «olhe, nem precisamos de marcar mais nada, vamos, então, aqui tentar perceber quais são as suas dúvidas».

Foi uma conversa curta, talvez entre três a cinco minutos, onde o Dr. Dias Loureiro me deu conta de várias coisas: do incómodo que isto tinha causado ao banco; do problema de imagem que eu tinha criado; do risco que representava para a instituição e disse-me uma coisa, que não me surpreendeu nada, que foi que o Dr. Oliveira e Costa estava muito aborrecido e que ponderava processar a revista. Aliás, eu não tinha grandes dúvidas de que isso viesse a acontecer.

E eu perguntei ao Dr. Dias Loureiro se tinha mais alguma coisa a dizer além disso, nomeadamente sobre os factos que estavam aqui na revista. E ele não acrescentou muita coisa. Aliás, devo dizer que foi uma conversa cordial, embora ele estivesse desagradado e estivesse aborrecido. E ficou por ali.

É claro que, algumas semanas depois, percebi que o assunto não ia ficar mesmo por ali porque, entretanto, apareceu um processo de vários milhões de euros à revista e uma série de peripécias que eu não quero referir aqui, porque são do foro da minha relação com o meu empregador da altura, mas também não é difícil calcular o que é aconteceu a seguir.

Foi por isso que fiquei espantadíssimo – e depois escrevi o artigo no *Jornal de Negócios* e inclusive falei na RTP – quando vi as declarações do

Dr. Dias Loureiro na televisão a dizer que ele tinha ido pedir uma conversa ao Dr. António Marta, porque estava muito preocupado com aquilo que tinha lido na revista.

E eu confesso que, do ponto de vista lógico, só posso entender isto de duas formas: ou o Dr. Dias Loureiro fez figura de fortalhaço ou de fanfarrão à minha frente para não dar parte de fraco ou, então, entre a conversa comigo, que ocorreu três ou quatro dias talvez depois de a revista ter saído para a rua, e aquela conversa do Banco de Portugal, que eu percebi que ele tinha dito 12 ou 17 de Abril, ou uma coisa no género, ele tivesse sabido coisas fantásticas sobre o banco que, afinal, corroboravam toda a história que a revista *Exame* tinha publicado.

Admito que sim, mas confesso que também esperaria uma chamada do Dr. Dias Loureiro a dizer: «olhe, afinal, eu peço desculpa pela conversa que tive consigo, porque confirmo que vocês tinham razão e, portanto, eu vou ao Banco de Portugal».

Como eu não recebi essa conversa, enfim, deixo ao critério de VV. Ex.^a o entendimento que quiserem fazer sobre o que é que se passou aqui.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., perguntei também sobre o que queria dizer quando falou em falta de atenção do departamento de supervisão bancária do Banco de Portugal.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Sr. Deputado, é muito simples: pensei que tinha ficado claro pela resposta que tinha dado.

Repare, se eu questiono as minhas fontes do Banco de Portugal e uma das primeiras informações credíveis sobre o que se estava a passar vem de dentro do departamento de supervisão do Banco de Portugal, eu acho que está tudo dito quanto a isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, uma vez que não tenho segunda ronda, porque vou sair, permita-me só um esclarecimento adicional, que faz sentido nesta parte.

A Sr.^a Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., como conhecedor que é da legislação que regula o sector e, designadamente o Banco de Portugal na sua actuação, pergunto-lhe se não lhe parece que faria sentido, neste caso, face ao conhecimento que já existia, que o Sr. Dr. tinha e que o Banco de Portugal, pelos vistos, até lhe teria transmitido nas fontes que encontrou, por exemplo, que o Banco de Portugal, no uso desses poderes, tivesse pensado na designação de um administrador provisório, na aplicação de práticas restritivas de crédito, enfim, de tudo aquilo que é o elenco dos poderes do Banco de Portugal, que não são propriamente bombas atómicas mas faculdades intermédias, possíveis como, repito, a possibilidade da nomeação de um administrador provisório, naquelas circunstâncias, face ao que já se sabia, e se não faria sentido o Banco de Portugal ter alguém ali a acompanhar os termos da administração do Banco de Portugal.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Eu tenho dúvidas que a situação do banco, na altura, merecesse, à partida, esse tipo de medidas. Mas eu estou habituado a lidar com o Banco de Portugal, já há 20 anos, como jornalista, e há uma coisa que eu sei: o Banco de Portugal tinha muito mau feitio no departamento de supervisão, no final dos anos 80, não permitia coisas destas e, ao mínimo sinal que alguma coisa estava mal, chamava o presidente dessa instituição ao Banco de Portugal e impunha (este é o termo) decisões muito difíceis e ninguém piava, Dr. Nuno Melo. A expressão é mesmo essa, ninguém piava!

Vi uma vez o Banco de Portugal aplicar uma decisão difícilíssima ao Banco Comercial Português, que, na altura, já tinha um peso muito importante no mercado, e o BCP não abriu a boca, engoliu.

Portanto, o Banco de Portugal tem meios mais do que suficientes para intervir nestes casos e ser assertivo e «assertivo» é um adjectivo que gostava de utilizar aqui com carácter eufemístico. O Banco de Portugal tem todos os meios, tem é que ter mau feitio.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E não teve?

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Claro que não teve! No caso do BPN não teve. E eu já ouvi aqui declarações espantosas, no Parlamento e na televisão, feitas por responsáveis do Banco de Portugal. Portanto, pura e simplesmente, não teve.

O Dr. António Marta teve conhecimento disto e ele, Banco de Portugal, obrigou aumentos de capital do BPN. O Banco de Portugal estava preocupadíssimo com a situação. E eu sei que estava, porque,

como digo, boa parte das informações vieram do departamento de supervisão do Banco de Portugal.

Aliás, até vou mais longe: já depois de a revista ter sido publicada, quando começaram os problemas e quando eu levei com o processo do BPN, alguém do BPN teve a amabilidade de me telefonar e dizer assim «isto é para vocês jornalistas aprenderem!». Foi esta a expressão, que repito: «isto é para vocês jornalistas aprenderem!». E quando eu ripostei: «Aprenderem o quê?». «Olhe, mais nenhuma revista ou jornal volta a falar do Banco Português de Negócios», foi esta a resposta. Porquê? «Porque, se não, levam um processo de vários milhões de euros como você levou». Foi esta a segunda resposta.

Aliás, depois gostava – fica para a segunda parte – de fazer umas sugestões aos Srs. Deputados em matéria de protecção dos jornalistas e da nossa classe, porque acho que estamos numa altura em que precisamos mesmo disso.

Mas, enfim, esta foi a resposta do BPN.

Portanto, o Banco de Portugal, qualquer banco, qualquer instituição banco central, qualquer CMVM tem de ter mau feitio e ponto final. O drama disto tudo é que, às vezes, temos pessoas que não têm mau feitio naqueles lugares, e o drama disto tudo é que, muitas vezes, temos pessoas que, quando vão para aqueles lugares, são muito novas e, depois, quanto estão ali... Não estou a dizer que seja o caso do Dr. António Marta, não quero citar aqui nomes, mas tem sido uma tradição em instituições de supervisão, em que as pessoas vão novas para a instituição e, depois, quando saem de lá têm uma vida activa pela frente.

Ora, é um bocado chato, passo a expressão, estar a chatear quem depois, no futuro, pode ser nosso empregador. Não estou a dizer que seja o caso do Dr. António Marta, quero realçar esse ponto, aliás, tenho muito respeito pelo Dr. António Marta.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É o caso do Dr. Pedro Duarte Neves no exercício das suas funções?

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, desculpe, mas, pelo facto de ter de sair, não pode agora tomar conta da Comissão!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não, Sr.ª Presidente, não tomo, eu só tento dar um bom contributo à Comissão!

A Sr.ª Presidente: — Então, alguém fará essa pergunta por si.
Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente.

A minha primeira pergunta é para saber quando é que saiu da revista *Exame*, isto é, quando deixou de colaborar com a Revista *Exame*.

Segunda pergunta: gostava também de lhe perguntar, porque, tanto quanto sei, o jornalista que dá o nome à reportagem é um jornalista que, julgo, já não exerce funções de jornalista, pelo que gostava de saber o que é que lhe aconteceu, entretanto, ou seja, quanto tempo mais ficou na Revista *Exame*, quando é que deixou a Revista *Exame*, por que é que deixou a Revista *Exame*.

Terceira pergunta: por que é que a Revista *Exame* ou o grupo a que ela pertence aceitou este acordo. E isto pela simples razão de que, quatro anos depois, tudo o que estava escrito na revista pecava por defeito. Aliás, até julgo que o jornalista que escreveu esta peça revelou muitas qualidades; é pena nunca ter sido candidato ao governo do Banco de Portugal porque, seguramente, teria sido mais efectivo na acção de supervisão, pelo menos, relativamente ao BPN, ou, outra hipótese, poderia ter-lhe sido dado o «Prémio Maya da Economia», ou, o da actividade bancária...

Mas tem que haver alguma explicação e, por isso pergunto-lhe quais são, no seu entender, as explicações para, quatro anos depois, a revista ter feito um acordo em que, aparentemente, a revista não recebe nada. Portanto, lendo o acordo, antevendo que os acordos são o que está nas linhas e nas entrelinhas, eu gostava de ouvir a sua opinião sobre esta questão.

Depois, queria fazer-lhe duas ou três perguntas sobre aspectos que não são referidos no artigo.

O artigo é escrito em 2001, mas, na radiografia que faz do Grupo, não há uma única referência à actividade do banco e do Grupo com as sociedades *offshore*. Gostaria de saber se isso foi por desconhecimento ou por considerar, na altura, que era matéria pouco relevante do ponto de vista jornalístico.

E também, havendo uma referência aos negócios de Marrocos e até uma explicação interessante para as dificuldades conjunturais que o Dr. Dias Loureiro atravessava relativamente a esses negócios, havendo, portanto, já uma referência ao declínio do investimento em Marrocos, e

portanto, numa fase em que, presumo eu, já se estava a tratar da venda da participação da Plêiade e da Redal nesse negócio, por que é que não há nenhuma referência àquilo que é hoje consensual, que é o papel de intermediário na venda à sociedade francesa Vivendi dessa participação por parte do Sr. El-Assir?

Admito que, na altura, o Sr. El-Assir fosse uma figura que ainda não tivesse adquirido a projecção que adquiriu entretanto, não que estive na clandestinidade, porque, suspeito eu, não seria caso para isso, mas gostaria de perceber por que é que nem *offshore* nem Al-Assir surgem nesta reportagem.

E, por último, mais duas perguntas: uma, utilizando a sua própria expressão que achei muito engraçada, como é que explica, agora como jornalista, como cidadão, como conhecedor destes problemas, que o BPN tenha piado durante muito mais anos? Eu também tenho essa dúvida e por isso gostaria também de ouvir a sua opinião sobre isto.

Finalmente: há uma relação curiosa – se calhar não porque, às vezes, as curiosidades só nos enganam, não é? -, que é o facto de a entrevista se realizar um mês antes do conhecido encontro entre o Dr. Dias Loureiro e o Dr. António Marta sobre o qual, como sabe, os dois têm versões contraditórias.

É, pois, curioso, como, de facto, estive a verificar, o encontro, se não estou em erro, foi em 4 de Abril de 2001, portanto um mês depois da publicação da revista, e eu gostaria também de saber se, no seu conhecimento, houve ou não entre estes dois factos alguma relação, reconhecendo, como já disse, que, muitas vezes, este tipo de relações induzem em erro, mas não gostaria de deixar de lhe fazer essa pergunta.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Desculpe, posso pedir-lhe para repetir a última pergunta?

O Sr. João Semedo (BE): — A relação entre estes dois factos: a conversa entre o Dr. Dias Loureiro e o Dr. António Marta é um mês depois da publicação do artigo...

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Mais ou menos! São duas ou três semanas depois.

O Sr. João Semedo (BE): — Sim, eu digo um mês entre Março e Abril, mas até creio que são só duas semanas.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Sim, à volta disso!

O Sr. João Semedo (BE): — Mas gostaria de saber se, na sua opinião, no seu conhecimento, na sua interpretação, há alguma relação entre estes dois factos: a publicação do artigo e a reunião com o Dr. António Marta, que, como sabe, não foi a pedido do Dr. António Marta mas, sim, a pedido do Dr. Dias Loureiro. Essa é, aliás, a única coisa de comum que ambos dizem sobre a reunião.

A Sr.ª Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Camilo Lourenço.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Vou começar pela pergunta mais fácil, que é a última.

Acho que devia ser o Dr. Dias Loureiro a responder a essa pergunta. Confesso que gosto muito de me ater a factos, foi assim que me ensinaram no jornalismo e, embora possa ter opiniões sobre isto, confesso que gostava de me eximir a elas, porque, primeiro, por uma questão de ética e deontologia, porque estou aqui a depor sobre factos e não sobre opiniões.

E, segundo, gostava muito de deixar clara aqui uma coisa: eu tenho uma admiração extrema pelo Banco de Portugal, desde criança, porque o Banco de Portugal foi a instituição que salvou o País no momento em que a classe política não sabia o que andava fazendo, particularmente na década de 70.

O Banco de Portugal foi a instituição que negociava com o Fundo Monetário Internacional, porque nós tivemos quase a ficar sem dinheiro para comprar comida ao exterior. Portanto, o Banco de Portugal não merece estas coisas.

E de tudo que eu falei aqui sobre o conhecimento que tenho dessa situação e de outras, gostava de deixar claro uma coisa: isto são críticas a processos que, por sua vez, têm pessoas por detrás e não é o Banco de Portugal. O facto mais evidente de que o Banco de Portugal é uma instituição honrada foi estas conversas que eu tive com fontes lá de dentro que me denunciavam a situação. E mais: tenho a certeza, neste momento, que uma das pessoas que falava comigo no Banco de Portugal, terá comunicado a escalões superiores a gravidade da situação.

Até posso ir mais longe, e dizer que tenho a certeza, hoje em dia, que uma destas pessoas terá dito a quem estava acima: «olhe que isto não chega, aqueles senhores continuam a não se portar bem, portanto, temos que tomar medidas mais drásticas, mais difíceis». Por que é que isto não foi acatado em cima? Confesso que não percebo.

Sei que os bancos centrais, aliás qualquer instituição deste género, costuma ter aqui uma zona, mais ou menos cinzenta, onde é preciso, muitas vezes, conciliar a credibilidade técnica com algum processamento político porque, apesar de tudo, são pessoas, a instituição é sempre muito pressionada - aliás, eu cobri o Banco de Portugal quase durante uma década e lembro-me que, muitas vezes, as pressões da classe política, dos governos sobre o Banco de Portugal é tão grande que, às vezes, algumas medidas ou decisões tinham que ser alteradas ou, então, tinha que se acomodar alguma coisa.

Não sei, sinceramente, se foi este o caso, mas julgo que valia a pena, se calhar, a Comissão de Inquérito colocar algumas questões mais precisas sobre isto ao Banco de Portugal.

Quanto à pergunta de quando é que eu saí do Grupo, posso dizer-lhe que saí alguns meses depois deste e de outros episódios que aconteceram e que acabaram em processos. De facto, o mais grave foi o do BPN, de alguns milhões de euros, e eu, na altura, por mais coragem e por mais vontade de divulgar as coisas que tivesse, confesso que me começou a incomodar, a partir de uma certa altura, e, enfim, sou um jornalista, não sou milionário e tinha família, comecei a sentir que estava sozinho.

Mas isto não é para me vangloriar. Aliás, se perguntarem aqui a dos meus colegas, que estão aqui na sala, em algum momento da sua vida terão sentido a mesma coisa. E, infelizmente, acho que, nos últimos dois ou três anos, sentimos isso cada vez mais.

Já agra, a nota que queria deixar, como disse há bocadinho quando estava a responder ao Deputado Nuno Teixeira de Melo, é esta: acho que VV. Ex.^{as} faziam um serviço muito grande à República se ajudassem a defender a nossa classe, porque nós vivemos uma situação muitíssimo difícil, neste momento. Eu já vi o Parlamento chamar aqui a RTP mas, sinceramente, acho que o problema não é a RTP.

Portanto, estou aqui a estabelecer uma relação entre a RTP – e peço desculpa aos Srs. Deputados de estar a trazer isto à conversa mas acho que é bom meditarmos todos muito nisto...

A Sr.^a Presidente: – E eu vou pedir ao Sr. Dr. que, se quiser, pode deixar só uma nota muito rápida sobre isso, mas não nos podemos alargar, porque esse não é objecto da Comissão de Inquérito e, portanto, não temos competência...

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Eu sei, eu sei. E peço desculpa, mas gostava mesmo de deixar esta mensagem e não voltarei ao assunto, seguramente.

Estou a perceber que, muitas vezes, há preocupações em relação à RTP, porque é uma instituição do Estado e, portanto, onde a influência governamental é grande, seja de quem for o governo que está, no momento, no poder.

Mas, o problema não é a RTP, o problema é que, neste momento, os meios de comunicação estão tão fragilizados, inclusive alguns privados, que a influência é muito grande e, muitas vezes, chegamos a um ponto em que sentimos que os próprios jornalistas se contêm para não se meterem em coisas destas.

Olhe, eu, confesso, tive muita sorte, porque, se este processo tivesse ido até ao fim e se eu tivesse perdido... Porque, repare, eu não tinha documentos do Banco de Portugal para estar a dizer isto. Sabia que eram informações de Banco de Portugal e que no próprio banco estavam a acontecer, via alguns documentos de compra de terrenos a empresas por parte do BPN e achava estranho.

Aliás, vou ler aqui uma citação do Dr. Oliveira e Costa que é sintomática da forma como o Grupo trabalhava. Mas isto amedronta, isto assusta, porque nós somos piões no meio de jogo de milhões.

Como disse há bocadinho, a informação que nos chegou do BPN foi: pois é, vocês levam este processo neste valor que é para depois mais ninguém piar! E, de facto, se o Sr. Deputado for ver, de 2001 até o ano passado, devem ter sido para aí uma ou duas informações as saíram cá para fora e mais ninguém teve... E, inclusive, por isso é faço este apelo para tentarmos proteger a comunicação social, porque eu estava desempregado e ninguém me deu emprego a partir daí, e lembro-me de continuar a ter informações sobre o banco, vindas do Banco de Portugal, lembro-me de ter falado com outros meios de comunicação e as coisas não saiam.

Agora, é assim: por culpa dos jornalistas não foi, seguramente. Alguns ter-se-ão assustado, provavelmente. Aquele aviso que me fizeram

a mim de este processo é para não haver mais histórias sobre o BPN deve ter surtido algum efeito. Como deve calcular, se alguém pedir um processo de 5 milhões de euros, de certeza que o grupo vai à falência. Por acaso, o meu não iria, na altura, mas alguns iriam à falência, seguramente.

Portanto, é esta a exposição e esta a dificuldade.

Quando o Sr. Deputado me perguntou acerca do jornalista que fez a reportagem sob a minha orientação, posso informar ele que saiu do grupo muito depois de mim e, hoje em dia, trabalha num outro grupo empresarial. Quais terão sido as razões? Não faço ideia. Eu acho que – e aí lá está, estamos no domínio da opinião – teria que ser ele a responder.

Quanto à pergunta por que é que a revista aceitou o acordo, até hoje não percebo.

Para ter uma ideia, no dia em que o Ministério das Finanças me convocou, à Praça do Comércio, para comunicar a nacionalização do banco, eu perguntei ao Governador do Banco de Portugal e ao Ministro das Finanças, ali presentes, por que é que – e eu citei este caso – a imprensa tinha andado a divulgar os problemas que o BPN tinha, inclusive, descí ao pormenor de dizer ao Governador: «olhe, eu que levei um processo de alguns milhões de euros por causa disto e como é que o Banco de Portugal não viu?»

Só não tive oportunidade de dizer ali, em público, porque entretanto não pude fazer mais perguntas ao Governador: «olhe, desculpe, mas esta informação e as informações que saem para a revista vêm de dentro do departamento de supervisão do seu banco!». Eu confesso que não percebo.

A empresa que detinha, e que, aliás, ainda detém a revista, tinha nas mãos toda a informação de que precisava para perceber que isto poderia ter ido até ao fim. Aliás, depois da conversa com o Dr. Dias Loureiro, telefonei ao Dr. Pinto Balsemão, não em jeito de satisfação, porque ele não me pediu, confesso, mas por uma questão de cortesia, porque a chamada tinha sido feita para ele, e disse-lhe: «eu não retiro uma vírgula, mas uma vírgula, àquilo que a revista escreveu». Só me faltou dizer-lhe: «olhe, até acho que pecamos por defeito».

O Sr. Deputado, há bocado, perguntou-me pelos *offshore* e outras informações que nós não divulgamos e eu quero dizer-lhe que foi por uma razão muito simples: é que não tínhamos provas mesmo nenhuma em relação a essa questão. Já ouvíamos falar nelas e, mais grave, já ouvíamos falar da preparação de certas operações com o exterior, só que não tínhamos qualquer informação sobre isto. E aí, também, as minhas conversas com o Banco de Portugal, repito, de forma informal, não permitiram saber nada, porque o Banco de Portugal não tinha informação, que eu soubesse, daquilo que se poderia estar a preparar no caso do BPN.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, foram respondidas as questões, não é verdade?

O Sr. João Semedo (BE): — Não, não é verdade.

A Sr.ª Presidente: — Corrija-me, se faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas, serei rápido.

É só para perguntar se, quando falou nas *offshore*, incluía também o El-Assir ou a razão do El-Assir é por outra coisa?

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — O problema é que, em relação a algumas situações, nós não tínhamos informação detalhada e, portanto, não havia confirmação de certas operações, aliás, mais do que operações era de situações que estavam a ser planeadas, na altura, que redundaram em algumas situações que acontecerem posteriormente, nomeadamente transacções com certas *offshore*, transferência de fundos e depois, posteriormente, a aquisição do Banco Insular.

Refiro-me a isso.

A Sr.ª Presidente: — Vou dar, então, a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente, e muito obrigado também ao Sr. Dr. por nos trazer a sua exposição e porque os factos, que aqui traz, são, naturalmente, relevantes.

Gostava de começar por lhe perguntar duas ou três coisas, a título pessoal, porque fiquei sem perceber.

O senhor foi demitido da *Exame* ou saiu voluntariamente? Esta é a primeira questão. Percebi que disse que tinha saído uns meses depois do artigo. Portanto, calculo que em meados de 2001, embora a data fixa não seja uma coisa muito importante, mas se nos pudesse dar mais alguma informação sobre essa matéria, parece que era importante.

Depois, também gostava que, se pudesse, nos desse informação sobre qual era ou qual é o seu relacionamento concreto com a empresa de auditoria Deloitte.

Na verdade, uma das coisas, que é muito importante nesta Comissão e em todos os lugares, é percebermos a razão de ciência, sendo que a razão de ciência significa que a pessoa colocada em determinadas circunstâncias diz determinados factos, colocada em outras situações, se calhar, diz alguns factos, omite outros e é levado a dizer outros com mais veemência.

E, portanto, quanto às suas várias declarações, ao longo dos anos ou, pelo menos, desde a recolha que teve oportunidade de fazer, gostava de perceber a sua razão de ciência ou de conhecimento ou declaração de interesses até sobre a matéria acerca de algumas dessas declarações suas, que vi e que puseram em causa a mudança de auditores no BPN, designadamente porque afastavam a Deloitte, na sequência da auditoria de 2002.

Depois, a propósito do BCP, vi declarações suas sobre a KPMG, da auditoria ao BCP, que também o BCP não teve essa auditora e vi declarações suas sobre essa matéria.

Nunca fez nenhum comentário, que eu tenha visto e, se calhar, a deficiência minha, sobre a Deloitte no BCP, que também teve alguns problemas ao nível da auditoria, que também não foram conhecidos. E, portanto, gostaria de saber se se trata de um mero episódio, que não tem qualquer relevância, ou se, na sua declaração de interesses, deve relatar algum facto que o ligue à Deloitte.

Depois, gostava de dizer, com toda a clareza, que não percebi algumas dúvidas que se tentam passar aqui, ou seja, sobre o BPN, em 2001, o Sr. Dr. disse, e não me custa a acreditar, que não tinha a certeza ou não tinha conhecimento de *offshore*.

Mas também não tinha conhecimento e não tinha a certeza do Banco Insular, porque ele só é comprado a seguir e não antes. E, portanto, de tudo aquilo que o senhor, hoje, nos diz, com alguma certeza, da intervenção do Banco de Portugal, fico na dúvida, e porquê? Porque o título da sua revista diz: «O banco central impôs o aumento de capital e fixou regras duras para diminuir o elevado risco dos seus negócios». Ou seja, não há aqui nenhuma atitude crítica relativamente ao Banco de Portugal, mas senti «elogios» ao Banco de Portugal, pelo menos, numa interpretação que me parece factual de haver alguma compreensão para a atitude do Banco de Portugal e, hoje, vejo que o Sr. Dr. está mais inclinado para criticar o Banco de Portugal quando não o fez na altura em que esses dados vieram a lume.

A interpretação que, eventualmente, possa fazer e, por isso mesmo, a questão é de interpretação, e solicitava que me pudesse esclarecer melhor essa matéria, é a seguinte: é que, de facto, nessa altura e nesses anos, bastava, digo eu e o Sr. Dr. dirá se sim ou se não, aquilo que o Banco de Portugal fez que foi pedir a separação de negócios, do imobiliário, da actividade bancária e de outros, bastava solicitar um aumento de capital para que os rácios ficassem pelos rácios que são legalmente admitidos e, portanto, bastava aquela pressão que o Banco de Portugal estava a fazer e, se não bastava, então, que outro tipo de situação, que caracteriza

ilicitude, ilegalidade, mereceria, por parte do Banco de Portugal, uma intervenção mais cuidada?

Um outro tema. Tenho aqui o acordo, pois, como sabe, depois de os processos serem arquivados, os acordos são públicos, e fico sem perceber nada do que é que se diz aqui, e o Sr. Dr., se calhar, melhor do que eu, explicará.

É que a revista *Exame*, através dos seus legais representantes, diz o seguinte: «Alguns dos esclarecimentos entretanto recolhidos sobre os temas tratados na referida reportagem, a *Exame* reconhece que não têm fundamento as afirmações, comentários e juízos que estiveram na origem de uma acção judicial e que transmitiram, globalmente, uma imagem deturpada do Grupo BPN». E o n.º 3 desse acordo diz-se: «A *Exame* reconhece ainda que nada de menos correcto tem a apontar à gestão do Grupo BPN, que constitui um caso de sucesso no panorama empresarial do nosso País». Obviamente que, hoje, achamos isso completamente ridículo, pelos factos, pelas situações concretas.

O que é que nós podemos interpretar desse acordo, Sr. Dr.? O proprietário da revista *Exame* cedeu ao interesse económico, porque tinha ligações com esse Grupo do BPN ou o acordo que está aqui é verdadeiro? Ou seja, de facto, o Sr. Jornalista enganou-se? Quer dizer, nós hoje percebemos que o engano não é verdadeiro, que havia erros consideráveis, mas, então, temos de tirar conclusões sobre por que é que se chegou a esse acordo.

E, depois, o Sr. Dr. não facilitou na sua exposição, porque, a meu ver, teve uma atitude contraditória, que agradeço que explique, no seu depoimento. É que, a certa altura, o senhor diz que se fosse condenado

nos 5 milhões (eu não sei qual era o valor do pedido indemnizatório), podia levar a empresa à falência, referindo que a sua não porque era sólida, mas todos nós sabemos que 5 milhões de euros é um valor bastante considerável. Mas, depois, diz que a empresa tinha todos os elementos para ir até ao fim. Ora, se a empresa tem todos os elementos para ir até ao fim e se tem todos os elementos de prova, naturalmente que não tem receio de pagar uma indemnização, não percebo qual era o receio. E, no seu esclarecimento, ficou-me essa ideia contraditória que gostaria que esclarecesse. Ou seja, para ficar claro, o que é que o Sr. Dr. acha? O Sr. Dr. acha que o Grupo proprietário da *Exame* cedeu ao interesse económico? Ou, pelo contrário, acha que não tinha suficientes provas para que, em tribunal, pudesse fazer valer e provar as suas afirmações na revista *Exame*?

Estas são as questões nesta primeira ronda.

A Sr.^a Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Camilo Lourenço.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Sr. Deputado, acho que era bom o senhor chamar aqui os responsáveis da empresa, na altura, e fazer-lhe essa pergunta a eles, porque, eu noto aqui é uma contradição no que acabou de dizer, porque diz: então, havia todos os factos para ir até ao fim mas não se foi e, depois, ao mesmo tempo, fez-se um acordo? Não sei, eu já não estava na revista nessa altura, percebe. E quando todo este escândalo rebentou, ainda tentei fazer perguntas e aperceber-me por que é que isto tinha acontecido, mas nunca me foi dada uma explicação certa

– aliás, também confesso, não tinham obrigação de a dar, porque eu já nem sequer pertencia à empresa.

Como disse, há bocadinho, eu gostava de me ater a factos e, portanto, não posso colocar-me aqui no lugar do Dr. Pinto Balsemão e fazer juízo de valor sobre aquilo que ele ou a empresa ou outras pessoas que com ele trabalham acabaram por considerar relevantes. Aliás, devo dizer-lhe que esse acordo, que acabou de referir, nem sequer o conheço e pedia-lhe até o favor de repetir a cláusula que acabou de ler, se faz favor, pois é que é a primeira vez que a oiço.

A Sr.^a Presidente: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — «A luz os esclarecimentos entretanto recolhidos sobre os temas tratados na referida reportagem, a *Exame* reconhece que não têm fundamento as afirmações, comentários e juízos que estiveram na origem de uma acção judicial e que transmitiram globalmente uma imagem deturpada do Grupo BPN».

E, no ponto abaixo, consta: «A *Exame* reconhece ainda que nada de menos correcto tem a apontar à gestão do Grupo BPN que constitui um caso de sucesso no panorama empresarial do nosso País».

Bom, e se eu lesse até ao fim até era muito mais claro.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Não, chega-me.

E ainda bem que o senhor leu porque, primeiro, não conhecia esse acordo, e, segundo, provavelmente há muita gente ligada ao processo que não o conheceu e acho que quanto a esses termos utilizados, eu, se

estivesse na revista, confesso que coraria de vergonha, mas como já não estou lá, sugiro, portanto, que faça essa pergunta ao Dr. Pinto Balsemão ou, então, ao actual director da revista, que assinou esse acordo ou que participou na elaboração desse acordo.

Devo confessar-lhe – e repito o que disse – que tinha todos os elementos para não mudar o artigo e tinha todos os elementos para apoiar o Pedro Fernandes nesta história e, tanto tinha todos os elementos que, como o Sr. Deputado acabou por ver, a falha foi por defeito e não por excesso, como deve calcular.

Portanto, se há alguma contradição, julgo que ela não é minha, seguramente.

Sr. Deputado, quando o Banco de Portugal impõe um aumento de capital, isso não quer dizer que resolva os problemas. Aliás, estou espantado que me coloque essa pergunta – desculpe lá! –, porque eu ouvi o Banco de Portugal dizer certas coisas, quando foi dos depoimentos que prestaram, que me deixam perplexo. Então, mas acha que o Banco de Portugal pode tomar decisões sobre a gestão interna do BPN? Acha que o Banco de Portugal, no início, tinha conhecimento ou podia fazer alguma coisa sobre saber se o Dr. Oliveira e Costa chamava os fulanos A, B e C, administradores, e, depois, tinha uma conversa pessoal com eles e dizia: «não, não é preciso nenhum conselho de administração»? Acho que estas coisas deviam ter sido acauteladas no seu devido tempo.

O Banco de Portugal, na altura – e volto a recordar que não quero fazer juízos sobre pessoas, quero fazer juízo sobre processos –, quando chama o Banco Português de Negócios, se lhe diz: «vocês estão a meter-se

em negócios de risco, vocês estão a crescer a uma velocidade espantosa e isto não é bom num banco...»

Quando o Banco de Portugal diz ao Banco Português de Negócios: «vocês estão a comprar imobiliário, automóveis, empresas de componentes, têm uma empresa de aviação no Grupo, nós estamos preocupados com esta diversificação, estamos preocupados com aquilo que são os investimentos que vocês estão a fazer na área imobiliária...» Bom, tudo isto são preocupações que o Banco de Portugal tem e que, de momento, não é possível fazer nada, a não ser dizer assim: «vocês importam-se de transferir isto para outra empresa, vocês importam-se de aumentar o capital?»

Agora, se deviam ter ido mais longe? Eu acho que deviam ter ido mais longe. Aliás, como deve calcular, quando o artigo foi feito, nós não estávamos de posse de todos os elementos e, por isso, é que não fomos mais longe na crítica ao Banco de Portugal.

Mas, se reparar – julgo que tem o artigo não têm?

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Tenho.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Então, se reparar, há aí momentos, muito interessantes na entrevista que o Dr. Oliveira e Costa dá, que são significativos do ponto de vista da forma de ele trabalhar.

Se não veja: à pergunta: «O Banco de Portugal ficou contente com a solução?» a resposta foi: «Acho que sim, pelo menos corresponde a uma preocupação da nossa parte».

Acha que o Banco de Portugal, se isto fosse a sério, teria dito: «acho que sim, pelo menos corresponde a uma preocupação da nossa parte»?... Eu acho que eles estavam a fazer todo o possível e imaginário, como vocês devem ter reparado aqui, depois, nas conversas que tiveram com os responsáveis do banco, para se esquivar não só responder ao Banco de Portugal como, inclusive, fornecer informação falsa ao Banco de Portugal, Sr. Deputado!

Nós já tínhamos algumas suspeitas, na altura, mas eu recordo que isto foi em Março de 2001. O grosso destas coisas todas que, inclusive, o Sr. Deputado referiu com a Deloitte, aconteceram a partir de 2003. E se me está a perguntar se tinha alguma relação com a Deloitte, claro que não.

Repare, nós escrevemos em 2001 e, que eu saiba, os problemas com a Deloitte só começaram em 2002 e 2003. Aliás, até julgo que, nesse aspecto – e isto não é por ser a Deloitte, se fosse outra empresa qualquer eu diria a mesma coisa –, quando o auditor faz saber... E eu confesso que nem sequer soube pela Deloitte, soube disto pela concorrência do BPN que nos alertou para o problema...

Portanto, quando eu, há bocado, respondi ao Sr. Deputado Nuno Melo e ao Sr. Deputado João Semedo dizendo que mais tarde tive informações – aliás, eu não estava a exercer como jornalista, porque não tinha onde exercer – que passei a uns colegas da imprensa sobre o que se passava com o BPN, e foi precisamente porque a concorrência do BPN me alertou para o facto de um auditor não querer assinar as contas e ter feito reservas às contas.

Ora, isto esteve, Sr. Deputado, no *site* do Banco Português de Negócios! Esteve lá meses...! Eu sei que nós jornalistas somos um bocado distraídos, mas, por amor de Deus!, somos todos distraídos? Todas as empresas de comunicação são distraídas? Então, por que é que ninguém denunciou a situação?

Olhe, está a ver, o que é que eu dizia, há bocado, que precisávamos de um bocado de apoio na imprensa! É que estamos muito fragilizados, sabe? Esta história dos 5 milhões de euros deu cabo da coragem de muita gente, posso garantir-lhe! Houve, pelo menos, um jornalista de um jornal de referência que se virou para mim, depois de eu ter comentado a informação, e que me disse: «Ó Camilo, mas tu já viste como é que tu acabaste?...». Percebe? Acha que eu posso dizer mais alguma coisa a partir daqui?

Acho que qualquer auditor que tivesse posto reservas às contas do banco cumpriu o seu dever. Aliás, há bocado, perguntava-me o Sr. Deputado por que é que eu ainda não falei do Banco Privado Português e eu digo-lhe: olhe, é muito simples e, por acaso, tenho um artigo prontinho para sair – mas agora só de opinião, porque já não estou nas redacções e, portanto, não posso fazer investigação – sobre o Banco Privado Português onde estou a investigar algumas das responsabilidades não só da administração como também para saber se e onde é que o auditor falhou. Isto é para responder à sua pergunta, de há bocadinho, quando perguntava por que é que ainda não falei do Banco Privado Português; já falei.

Agora, como deve calcular, primeiro, não estou nas redacções para fazer reportagem, neste momento, de investigação, escrevo opinião e, em

segundo lugar, mesmo nos artigos de opinião que escrevo, posso garantir que ainda vou falar do Banco Privado Português e posso garantir-lhe que estou a tentar perceber o que se passou e de quem é a responsabilidade, se foi só da administração ou foi também alguma coisa que escapou ao auditor, fosse ele a Deloitte ou fosse outra qualquer.

Portanto, a questão aqui é que, em 2001, nem sequer se colocava qualquer dúvida sobre contas, não havia nenhuma reserva colocada às contas, foi uma coisa que aconteceu mais tarde, em 2002, 2003 e por aí adiante. Ora, como já deve ter reparado, a reportagem de capa é precisamente de 21 de Março de 2001. Portanto, não havia aqui nenhuma preocupação de não fornecer os dados.

Perguntou-me também se eu fui demitido ou se saí. Sr. Deputado, vai-me perdoar, mas questões do foro laboral eu gostava de não referir aqui, por uma razão muito simples:...

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Eu respeito!

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — ... tudo o que eu tinha para o ajustar de contas com o Dr. Balsemão já ajustei e, portanto, como perceberá, eu estive sete anos calado, Sr. Deputado. Sete anos calado! Percebe? Fiquei desempregado. Ninguém me quis aceitar numa redacção, a partir daí. Isto diz tudo! E o senhor não me viu abrir a boca para fazer nenhuma peixeirada, para dar uma entrevista nem que fosse daquelas *light* a dizer o que aconteceu, porque não é da minha maneira de ser fazer isto.

Eu só abri a boca no dia em que, no Ministério das Finanças, o Governador do Banco de Portugal e o Ministro das Finanças anunciaram a

nacionalização do banco, com o que fiquei escandalizado, porque tinha-se poupado ao País, pelo menos, 1800 milhões de euros, se estas coisas que o Banco de Portugal fez tivessem ido mais longe, como deve calcular.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Não se sabe, até pode ser mais!

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Pois, se calhar, vai ser pior do que isso, Sr. Deputado. Deus queira que não, porque, como deve calcular, isso vai sair do bolso do contribuinte. Mas eu espero que não tenha razão e que esse valor não seja tão elevado.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Sr.^a Presidente, desejava ainda perguntar uma coisa, se me permite.

A Sr.^a Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Pergunto-lhe se, de facto, trabalhou ou não para a Deloitte ou se trabalha para a Deloitte.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Não, eu não trabalho para a Deloitte.

Vou explicar: repare, ainda ontem, havia pessoas que me colocavam uma questão sobre a Deloitte, porque a Deloitte tem um comité de selecção de estudantes universitários, que reúne todos os anos um conjunto de pessoas ligadas à imprensa que fazem parte do processo de selecção, e eu sou uma das pessoas que, normalmente, ajuda a Deloitte a fazer a selecção dos miúdos. No meu caso, julgo que tem muito a ver

também com a minha experiência universitária, porque fui também docente universitário. Mas, isso é uma coisa que a Deloitte faz anualmente e faz com responsáveis de publicações e com jornalistas de várias publicações.

Mas devo dizer que isso é uma prática normal de empresas que não têm apenas a ver com empresas de auditoria nem com a Deloitte; tem a ver com empresas que, de vez em quando, nos convidam para fazer palestras, ou para fazer intervenções, ou para fazer qualquer tipo de intervenção esporádica em determinados acontecimentos.

Mas, por exemplo, no caso que estava a falar, da Deloitte, isto é uma situação recente, tem para aí dois ou três anos e, portanto, nada tem a ver com o que se passou em Março de 2001 e muito menos em Março de 2002 e 2003.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Queria agradecer a presença do Dr. Camilo Lourenço e dizer que, por ser o último a usar da palavra isso tem alguma vantagem.

Bom, não pomos em causa tudo aquilo que nos disse, naturalmente, tem sido um depoimento muito interessante, mas há aqui algumas questões, que gostaria de deixar e a primeira ordem de questões tem a ver com o seguinte: este artigo foi publicado na revista *Exame*, em 2001, mas, afinal, o que se passou depois, entre 2001 e 2008, veio demonstrar que foram sucedendo coisas, julgo eu, cada vez piores, como hoje é do

conhecimento público e que aqui já apuramos, em relação à gestão do BPN, SLN, BPN Cayman, Banco Insular, enfim, essas coisas todas.

A pergunta que lhe deixo é a seguinte: acabou de dizer o Dr. Camilo Lourenço que tinha estado calado durante sete anos, o que, aliás, registei, porque foi uma das últimas coisas que disse.

Mas, de qualquer maneira, a questão que tinha para pôr tem a ver com isto: entre este artigo de Março de 2001 e depois um outro que surgiu posteriormente também sobre o mesmo tema, de que não sabe bem a data, mas que terá sido em 2008, quando recomeçou a escrever sobre o assunto, fê-lo como jornalista especialista da área, publicou artigos sobre esta matéria, disse alguma coisa publicamente, ou acompanhou e em que termos a evolução do BPN?

Voltando à altura da publicação da revista *Exame*, em Março de 2001, há algumas frases que constam do artigo que eu gostaria que precisasse melhor sobre o que queria dizer em relação ao que se passava no BPN.

A certa altura, nessa publicação, fala-se em capitalistas sem cara e eu gostaria que me dissesse o que é que, no fundo, quer exactamente dizer com isto e se há factos que demonstrem o que é que eram os capitalistas sem cara.

Depois refere também uma estranha estratégia de obtenção de recursos. Algumas coisas nós sabemos, mas pergunto-lhe o que é que queria dizer exactamente com isto em relação ao BPN. Naturalmente, ainda não estamos a falar, julgo eu, de *offshore*, nem do Banco Insular, nem do BPN Cayman, nem das triangulações, nem dessas formas de actuar, mas pedia-lhe se pode precisar um pouco mais o que é que queria dizer com isso.

Também no artigo se fala na questão relacionada com a forma de obtenção de crédito e em relação às garantias, em que achava estranha esta relação BPN SLN em termos de crédito e, portanto, pergunto-lhe o que é que apurou ou o que é que no artigo quis dizer em relação aos aspectos criticáveis em termos de garantias.

Sobre a expressão «uma espécie de mão invisível» pedia-lhe também que, se pudesse, concretizasse o que é que quer dizer com isto, o que seria interessante.

Para a Comissão e na sequência do que perguntou o meu colega Deputado Ricardo Rodrigues, naturalmente que já percebemos que o Dr. Camilo Lourenço não teve nada a ver com o acordo, mas nós temos uma cópia do acordo e o acordo é efectivamente um acordo judicial, é um acordo patrocinado pelo tribunal, entre as partes, e, enfim, os juristas sabem que vale como uma sentença, embora possa não dizer a verdade, mas vale como uma sentença.

E eu, ao verificar o acordo, para além daquilo que já foi dito pelo Dr. Carlos Rodrigues, que foi firmado em Fevereiro de 2005, verifico – já sabemos que o Dr. Camilo Lourenço não estava – que, neste processo, e eu estou à vontade para perguntar isto, porque não tem nada de mau e é a única peça processual que conheço, existem autores e réus e nos réus, além da empresa, e aí a maior compreensão para os problemas entre os jornalistas e as empresas proprietárias, o que é perfeitamente compreensível e nós compreendemos isso, havia também um réu que representaria os jornalistas da empresa ou que representaria, portanto, a parte editorial da empresa, que o subscreveu.

Gostaria que comentasse isto porque, como deve calcular,...

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Pode refazer a pergunta, por favor. É que a pergunta foi muito longa e não percebi.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — A pergunta é esta: este acordo, que não foi subscrito pelo Dr. Camilo Lourenço, que era o director da revista *Exame*, na altura, foi subscrito por um director da revista, que seria também réu, como é natural...

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Já o chamou cá?

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Diga?

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Já o chamou cá?

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Não, mas a questão que queria pôr era essa. Naturalmente que, para nós sabermos quem era o director da revista, basta ir à revista e ver quem era o director e podemos chamá-lo cá, mas...

Repare, nós aqui estamos para apurar a verdade dos factos e, para apurar a verdade dos factos, se há um acordo que diz uma coisa que contraia tudo o que vinha na revista, obviamente que nós temos de fazer alguma coisa para o apurar.

Eu não estou a pôr em causa aquilo que disse anteriormente, mas, para nós, isso é normal, não temos que tomar aqui posição por um lado ou por outro em relação a esta matéria.

Portanto, a questão é saber se o Dr. Camilo Lourenço sabe se o acordo foi também subscrito por quem representava a parte editorial, neste caso, a direcção do jornal. Isto, para dizer à Comissão quem era e isso seria bom, porque nos pouparia algum trabalho.

Gostaria de, agora, na parte final, lhe deixar três ordens de questões: uma, relacionada com a questão do Banco de Portugal, porque eu segui os artigos que escreveu e achei interessante e ia sempre concordando com eles, nomeadamente quando aqui foi invocada falta de meios do Banco de Portugal, que seria uma confissão dos problemas que o Banco de Portugal poderia ter em relação às falhas de supervisão que, noutro artigo, também o Dr. Camilo Lourenço disse que tinha havido falhas de supervisão.

Portanto, em relação a este problema de falta de meios, queria saber se era só por falta de meios que o Banco de Portugal não cumpriu as suas regras de supervisão? Os problemas eram dos técnicos do Banco de Portugal? Eram problemas humanos? Ou eram problemas de supervisão relacionados com os responsáveis que tinham a área da supervisão?

Por último, coloco uma questão que tem a ver com o Banco de Portugal e também com algo do que o Dr. Camilo Lourenço nos disse. A certa altura disse-nos que houve bom feitio do Banco de Portugal na sua relação com o BPN. Portanto, era uma questão também de bom feitio e eu gostaria que concretizasse, ou melhor, que me explicasse com factos – já que disse que vinha cá expor factos – o significado da expressão «bom feitio» para a falha de supervisão do caso do BPN.

E, quando estava a dizer isso, lembrei-me que o próprio Dr. Oliveira e Costa esteve no Banco de Portugal e gostaria de lhe perguntar se... Ó

Dr., vejo que está a sorrir, mas não tenho nenhum problema e julgo que é uma pergunta que se pode, obviamente, fazer!

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Não é no mau sentido!

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Ainda bem, fico mais descansado!

Portanto, a minha pergunta era no sentido de saber se isso tem realmente a ver com o facto de o Dr. Oliveira e Costa estado no Banco de Portugal, antes de estar no BPN, como toda a gente sabe.

Uma última ordem de questões tem a ver com a nacionalização.

Li artigos seus em que punha em causa a nacionalização, e essa também é o objecto desta Comissão. Sobre isso faço uma pergunta concreta, que também tem a ver, naturalmente, com o jornalista especializado que escreve sobre esta matéria, e que é a seguinte: não havendo nacionalização, o que é que o Estado poderia ter feito? Bastava – e é a pergunta concreta que lhe deixo – ter garantido os depósitos para evitar o tal risco sistémico em relação à banca? Ou a alternativa tinha que ser mesmo a nacionalização?

A Sr.^a Presidente: — Sr. Dr. Camilo Lourenço, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Posso começar pelos capitalistas sem rosto.

Sr. Deputado, os bancos querem-se sérios. E vou-lhe recordar uma coisa que aprendi quando era estagiário de jornalismo financeiro, e vou

pedir desculpa às senhoras, porque, embora não subscreva o que me foi dito, ilustra um bocado isto.

Houve um banqueiro, um dia, quando eu estava a investigar a situação do Banco Franco-Portugaise, que me disse assim: «Ó Camilo, os bancos são como as senhoras, quando se começa a falar delas é um sarilho».

Vozes: — Não concordo!

Peço desculpa às senhoras, porque, como disse, não subscrevo isto, mas foi a expressão de um banqueiro da velha guarda em Portugal, em 1989, ou coisa do género.

A Sr.^a Presidente: — Registe-se em acta da Comissão que há várias vozes dizendo que não concordam!

Risos.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Peço desculpa por ter utilizado a expressão, mas foi assim que ma disseram na altura.

A Sr.^a Presidente: — Eu não me pronunciei, porque estou aqui numas funções que são, apenas, de registo de factos e não da emissão de opiniões, Srs. Deputados!

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Por que é que fui buscar isto, Sr. Deputado? Porque, quando começámos a tentar perceber quem é que estava por trás do BPN, deparamos com uma parede de cimento e, em alguns casos, parecia até aquela coisa dos biombos chineses. E, quando perguntámos ao Dr. Oliveira e Costa, inclusive ao Banco de Portugal, o Banco de Portugal estava preocupadíssimo, porque não sabia quem eram alguns accionistas do BPN. Esse é que é o problema.

Há bocado, à pergunta do Deputado Nuno Teixeira Melo e mesmo do Deputado João Semedo, não incluí, na minha resposta, este ponto: uma das questões levantadas pelo departamento de supervisão, nas conversas informais que teve connosco, foi a de nem sequer saberem quem é que está por trás do banco.

Portanto, o Banco de Portugal, com frequência, questionava o Banco Português de Negócios ou a SLN sobre os accionistas. E quando nós tentamos saber junto do Dr. Oliveira e Costa, ele deu respostas, que os senhores podem ler na entrevista, das quais vou citar uma.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Disse que eram do norte a sul do País!

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Ora bem, estou a ver que fez bem o trabalho de casa. Parabéns! Exactamente, é que...

A Sr.ª Presidente: — É muito trabalhador!

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Estou a ver, estou a ver!

Mas a questão é esta, precisamente, ele disse: de norte a sul do País. Nós questionamos assim: «O senhor importa-se de dizer por quanto é que foi feita a operação com a Plêiade?». E ele dizia que não queria dar informações, porque os vendedores não gostavam que se soubesse. Até aí, percebo. Mas, agora, repare nesta pérola – aliás, estou espantado como é que o Sr. Deputado não chamou atenção para isto, há bocadinho: há uma certa altura em que nós perguntámos ao Dr. Oliveira e Costa quem é que tinha feito avaliação da Plêiade, da compra por parte do Grupo.

O Sr. João Semedo (BE): — Ele próprio!

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Ora bem.

Bom, ele responde que é ele mesmo, dizendo: aliás, quem fez as avaliações, pelo lado do comprador, fui eu próprio, analisei as contas, os documentos, as demonstrações – e, repare, Sr. Deputado – e constatei que as perspectivas eram superiores às estimativas apresentadas.

Ora, eu, por aquilo que vi testemunhar, aqui, nesta Comissão, de várias pessoas que passaram pelo banco, hoje percebo que é mesmo verdade o que ele disse, que foi ele mesmo que avaliou isto. Não é possível ter sido avaliado por outra pessoa e, sobretudo, não é possível termos tido aqueles valores e aquelas divergências.

Perguntou também o Sr. Deputado sobre as críticas que foram feitas sobre as garantias. É que nós tivemos informação de alguns negócios feitos pelo BPN, inclusive negócios imobiliários, onde os valores

pagos eram valores verdadeiramente astronómicos, completamente acima do valor de mercado.

Eu vi dois ou três documentos, chamei uma pessoa que conheço da imobiliária, e perguntei: o que tu achas disto? E a pessoa ficou de cabelos em pé!... Aliás, uma das questões que pedi ao Pedro para colocar ao Dr. Oliveira e Costa, porque ele, estranhamente, não gostou muito da ideia de que eu fosse à entrevista – e posso explicar se alguém tiver interesse – e, quando o Pedro foi à entrevista, colocou-lhe a questão de saber se o banco estava a comprar imobiliário por determinado valor, quais eram as garantias que estavam a ser dadas, uma vez que nós tínhamos informação de que as garantias estavam substancialmente abaixo daquela que era a avaliação do mercado.

Bom, daí a referência a estas garantias e, sobretudo, à suspeita de insuficiência das garantias que estavam a ser colocadas nessas operações.

E eu suspeito que, na altura, uma das preocupações do Banco de Portugal era que se provisionasse algumas dessas operações, porque algumas eram tão mal feitas e de valores tão estranhos que, dificilmente...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Havia demasiada exposição ao imobiliário!

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Exactamente!

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — E o Banco de Portugal obrigou o BPN a tirar o imobiliário da órbita do banco.

Perguntou-me, também o Sr. Deputado quem é que representava a revista no acordo. Eu não sei! Suponho que seja director, porque vou-lhe transcrever aqui o resultado do meu telefonema para a directora da revista, na noite em que escrevi o artigo para o *24 Horas.*, Perguntei: «quem é que assinou o acordo com o BPN? Foste tu?» E a resposta foi: «Não sei, não tenho a certeza».

Risos.

Mas acho que os Srs. Deputados devem chamar a directora da revista! Eu julgo que ainda não sei, porque ainda me não foi dada essa resposta. Confesso que não sei e, portanto, qualquer questão sobre isso deve ser colocada à empresa.

Perguntou-me também sobre os problemas de supervisão, sobre falta de meios, de pessoas... Não foi isso?

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sim, se é um problema de meios técnicos, de pessoas ou do nível superior da supervisão, vice-governador com área de supervisão, isto é, já a nível superior?

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Confesso que, na altura, como percebeu, nos últimos anos, a actividade financeira sofisticou-se. O número de instituições sob supervisão do Banco de Portugal também aumentou drasticamente, portanto admito que nos anos mais recentes possa ter havido um problema de falta de meios, ou seja, de pessoas, mas,

na altura, tenho muitas dúvidas de que o problema do BPN tenha ficado a dever-se a um problema de falta de pessoas ou de meios.

Repare: se eu tenho uma conversa com uma pessoa na instituição, que me dá uma informação, que confirma e que levanta dúvidas e, mais tarde, depois de o artigo sair, a pessoa volta a falar no assunto e diz: acho que não estamos a tomar as decisões mais acertadas, devíamos ter ido mais longe, isto lava-me a crer que não é um problema de meios, é um problema do julgamento que a instituição está a fazer em relação ao risco que o BPN representa. Mas, confesso, que isto é uma coisa que, provavelmente, será melhor esclarecida se for colocada ao Banco de Portugal.

Em relação ao bom feitio do Banco de Portugal e se isto terá a ver com o facto do Dr. Oliveira e Costa ter pertencido à instituição, quero dizer-lhe que acho que não, mas o Banco de Portugal poderá responder a isso melhor do que eu.

Eu creio que foi, claramente, descuido, porque, quando o Dr. Oliveira e Costa passou para a instituição, a informação que tenho dessa fase é que o Banco de Portugal tinha critérios muito rígidos e eles eram aplicados, o que não quer dizer que, nesta altura, não tivesse... Aliás, como eu disse há bocadinho aqui, salvaguardei porque tenho um respeito muito grande pelo Banco de Portugal, como instituição – e gostava de deixar ficar isso muito claro.

Portanto, o problema aqui é nos processos, que são interpretados de uma maneira ou são interpretados de outra, conforme as pessoas. E por isso é que, há bocado, também disse que, se calhar, o Dr. António Marta, por quem tenho respeito, volto a dizer, terá sido demasiado bom

para aquele cargo, provavelmente aquele cargo mereceria uma pessoa com mau feitio, como costume dizer.

E acho que, nas questões financeiras, os bancos centrais têm que ter gente com mau feitio em certos cargos e a supervisão é, claramente, um deles. Ou, então, fazer-se aquilo, que o Dr. Saldanha Sanches já referiu uma vez em público, que foi tirar a supervisão do Banco de Portugal e criar uma instituição comunitária para evitar estas coisas de dúvidas e de conluios e de compadrios e amigos e não sei quantos, porque, uma pessoa que, uma vez, passou pelo Banco de Portugal e que já lá não está, dizia assim: «Ó Camilo, Portugal é um país onde o ar é muito rarefeito e, quando eu inspiro o ar falta às pessoas que estão ao meu lado...». Portanto, isto é capaz de querer dizer alguma coisa, em relação ao Banco de Portugal.

Perguntou-me ainda se eu entre 2001 e 2008, não disse mais nada. Onde é que eu havia de dizer, Sr. Deputado? Aqui no Parlamento?

Aparte inaudível.

Pois, mas o problema é que eu, depois, deixei de escrever, quando saí da revista, e só voltei a escrever mais tarde. Aliás, há bocado, a questão que o Dr. Ricardo Rodrigues colocava sobre as reservas que a Deloitte terá colocado, isso aconteceu mais tarde, aconteceu em relação às contas de 2002, de 2003, e, portanto, nessa altura, não se colocava esse problema; nessa altura, eram só suspeitas em relação a esta matéria, não tínhamos dados factuais que pudéssemos avançar.

Repare, quando um auditor faz uma reserva às contas de uma instituição, isso é sério, quer dizer que eles não vão assinar aquilo, quer dizer que estão a levantar dúvidas factuais, concretas, sobre uma série de factos que estão nas contas da instituição.

Ora, isto não aconteceu em 2001, quando fiz ao artigo, aconteceu mais tarde, na altura em que a Deloitte deixou de ser auditor da instituição para passar a ser outra.

Não sei se respondi às questões que colocou.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Só há uma a que, realmente, não respondeu, e responderá, como é evidente, se entender, que é sobre a questão da nacionalização, porque já publicou artigos sobre a nacionalização, e a questão que eu punha era exactamente esta: não tendo havido decisão de nacionalização, se bastaria, efectivamente, uma mera garantia dos depósitos...

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Sr. Deputado, nós temos, nesta questão de falência ou de fecho das instituições, uma má tradição em Portugal.

E vou falar-lhe do caso, que conheço de perto, porque fui eu que denunciei, e que é o seguinte: a seguir às reportagens que saíram na imprensa, depois da manchete do *Semanário Económico*, na altura, o Banco Franco-Portugaise foi à falência.

Para ter uma ideia, o BNU tinha na instituição um terço do capital e na altura em que se detectou que o banco estava quase falido, a dúvida que se colocava era se não valia a pena fechá-lo, liquidar e pagar os

depósitos aos emigrantes que Portugal tinha na região de Paris e isso custaria, mais ou menos, 75 milhões de euros. Achou-se que era muito dinheiro e preferiu meter-se a Caixa Geral de Depósitos na instituição, sendo que era então Ministro das Finanças o Dr. Miguel Cadilhe. E o que se viu a seguir foi o que se viu: a Caixa Geral de Depósitos acabou por gastar no Banco Franco-Portugaise muito mais do que 150 milhões de euros ou uma coisa à volta disso. Portanto, o meu raciocínio, aqui, é semelhante.

Sei que, neste caso, estamos a falar de um banco maior, estamos a falar de volumes de depósitos muito grandes, mas a pergunta que temos que colocar é a seguinte: em vez de estarmos a passar por todo este calvário e estas coisas e, sobretudo se, em vez de levarmos as questões já para o foro judicial para saber quem é o responsável por aquilo, se tentar perceber, de facto, o que é que existe ali e tentar perceber se não valia a pena – aliás, é uma pergunta que deixo e não tenho respostas definitivas para isto porque, confesso, já ouvi várias versões em relação aos números do BPN – não seria melhor questionarmo-nos e tentar resolver o problema dos depósitos e fechar a instituição ou, então, manter a instituição como está, neste momento, agarrada a bóias, que se chamam Caixa Geral de Depósitos/dinheiro dos contribuintes?

A Sr.^a Presidente: — O Sr. Deputado Afonso Candal pediu para colocar uma questão, bem como os Srs. Deputados Leonor Coutinho, João Semedo, e Miguel Macedo.

Portanto, íamos abrir uma pequeníssima segunda volta, que pedia que fosse muito limitada.

Tem, então, palavra o Sr. Deputado Afonso Candal.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Dr. Camilo Lourenço, antes de mais e uma vez mais, os meus agradecimentos pela sua presença e pelos seus esclarecimentos e as suas opiniões também, as que entenda por bem dar.

E permita-me a primeira pergunta, porque acho que lhe vou dar outra surpresa: o Sr. Dr. era director da revista *Exame* no dia 7 de Março de 2001?

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Sim.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Muito bem.

Porque o dito acordo, de que se fala e do qual não tem conhecimento e que está subscrito por alguém representado pelo escritório ou do escritório do Dr. Proença de Carvalho, e, da parte dos réus, portanto da revista, pelo escritório de Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva, que são os signatários de facto do acordo, em representação das entidades em causa, no ponto um diz: «A Revista *Exame* publicou, na edição de dia 7 de Março de 2001, uma reportagem sobre o Grupo Banco Português de Negócios (BPN), na qual se fazem algumas afirmações e comentários susceptíveis de afectar, negativamente, a imagem do Grupo, da equipa de gestão, etc.».

Portanto, Sr.^a Presidente, acho que teria alguma utilidade, nomeadamente em ser dado conhecimento integral do acordo ao nosso convidado, porque, desde logo, há uma pergunta óbvia que é a de saber o

que é que foi publicado no dia 7 de Março de 2001. Tem, porventura, memória que naquela data tenha sido publicada qualquer reportagem sobre o BPN na qual se fazem «afirmações e comentários susceptíveis de afectar negativamente a imagem do Grupo e da sua equipa de gestão»?

A Sr.^a Presidente: — Bem, só pode tratar-se de um lapso.

De qualquer das maneiras, tenho todo o gosto em pedir aos serviços de apoio à Comissão, se fazem o favor, de fotocopiar o acordo...

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Sim, eu gostava de ter acesso a isso porque, como disse há bocado não o conheço.

A Sr.^a Presidente: — Exactamente!

O Sr. Afonso Candal (PS): — Então, se me permite, passo às outras questões e, depois, terá oportunidade de ver que é, factualmente, aquilo que li e, de alguma forma, também, de me ajudar a perceber este lapso numa questão que assume a relevância que já aqui nos descreveu, quer em relação a si, quer em relação ao grupo, quer em relação ao bom nome ou ao mau nome, seja de quem for, e todas as consequências que também já aqui foram apontadas.

Ouvi das suas palavras e penso não ter ouvido mal – aliás, isto tem a vantagem e a desvantagem das transcrições, ou seja, normalmente as actas revelam exactamente o que foi dito, agora, aquilo que as actas não revelam, é, porventura, qual a intenção com que foi dito e, às vezes, há lapsos –, duas questões que queria que precisasse: primeira, ouvi das suas

palavras que à data da publicação desta reportagem, concretamente no dia 21 de Março, que é para não haver confusão em relação à data, mas isso é irrelevante, aquilo que era o seu conhecimento ou que era a sua expectativa/opinião do que sabia, referindo que o Banco de Portugal não teria conhecimento de muitas das coisas, que vieram a acontecer a seguir e que hoje se sabe, nomeadamente a questão dos *offshore*, dos vários negócios, de expedientes, como se lhe queira chamar, do Banco Insular, e por isso eu pergunto-lhe se confirma que, a essa data, o Banco de Portugal não sabia, e, mais concretamente, também lhe pergunto, nomeadamente no caso do Banco Insular – uma coisa é falar-se de *offshore* genericamente e pode haver *offshore* de todo o tipo e feitio, dentro da margem, fora da margem, de forma assumida e não assumida –, quando é que soube da existência do Banco Insular?

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Há mais perguntas?

O Sr. Afonso Candal (PS): — Sim!

Relativamente à reserva às contas, também disse que tinham sido levantadas reservas às contas – e procurarei ser rigoroso naquilo que a memória me permite – em 2002/2003 e por aí adiante.

Aparte inaudível.

Mas eu não tenho conhecimento de reservas de contas em 2003, face a contas de 2002, nem sei o que aconteceu em relação a contas de 2003 e se houve reservas também, e, o por aí em diante.

Mas, pergunto-lhe: quais são as reservas a que se referia, ou se, de alguma forma, não era neste contexto de reservas levantadas por auditores externos? E mesmo as reservas ou, pelo menos, uma parte delas ou as reservas do banco relativamente aos créditos, a própria auditora, que, no momento subsequente à publicação do seu relatório onde tinha essa reserva, acabou por quantificar essas mesmas reservas existentes no banco e concluir, de alguma forma, que o tal diferencial, quando quantificado, não era relevante para constituir uma reserva às contas do banco.

Portanto, a minha pergunta é se tem conhecimento destes factos e se, quando fala das reservas, mesmo com estes factos, ou seja, os de que uma das reservas é retirada pela própria auditora, de que reservas está a falar? Porque, às vezes, dá ideia, certamente não por intenção, de que as auditoras externas foram levantando, sucessivamente, reservas às contas do banco, o que julgo não ser verdade, mas peço também a sua colaboração, porque, apesar do trabalho desta Comissão de Inquérito, nós temos muito pouca documentação, e, depois, quando se fala de reservas, pode haver a ideia de que as reservas da auditoria externa respeitam a negócios ilegítimos, ilegais, que envolvem a questão das *offshore*, que envolvem as questões do Banco Insular, que envolvem questões que hoje estão um pouco na ordem do dia mas, quanto julgo saber, nunca foram detectadas pelas próprias empresas de auditoria externa.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr., para responder.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — à pergunta sobre se é verdade que o Banco de Portugal, à altura, não teria conhecimento de muitos factos, respondo: sim e já, há bocado, admiti isso. Aliás, como nós não tínhamos, quando falamos, pela primeira vez, com o Banco de Portugal, em termos informais. O Banco de Portugal não tinha conhecimento de muita coisa. Mas também é bom recordar que uma boa parte destas *offshore* também apareceram a seguir e, portanto, não era matéria que, naquela altura, o Banco de Portugal estivesse directamente informado sobre isso.

Mas, quanto ao Banco de Portugal, a questão não é tanto em relação aos *offshore*, era em relação aos riscos que a instituição estava a correr, ao modo como o banco era gerido e à exposição que o banco tinha, à diversificação de negócios e ao crescimento demasiado rápido. Isso é que eram as grandes preocupações do Banco de Portugal na altura. E, repare, não podia ser diferente, porque o Banco de Portugal não tem uma função judiciária; o Banco de Portugal analisa factos que chegam às suas mãos ou por denúncia ou, também, por alguma operação que seja comunicada ao banco central.

Recordo-me, quando foi da Caixa Económica Açoreana, que o Banco de Portugal foi informado da situação por uma pessoa que teve conhecimento de um cheque passado pela Caixa Económica Açoreana a comprar uma outra empresa. Quer dizer, o balanço da Caixa mudava todos os dias e alguém, que teve conhecimento daquilo, telefonou ao Banco de Portugal e disse: «atenção, passou-se isto...» e o Banco de Portugal foi investigar. Portanto, acontece muitas vezes assim.

Ainda bem que me colocou a questão em relação às reservas às contas para eu precisar uma coisa: as reservas que estava a referir

referem-se, realmente, a esse ano. Agora, quando eu dizia reservas em geral, não eram só as reservas do auditor, era que nós próprios jornalistas íamos tendo conhecimento de dúvidas que teriam sido colocadas ao analisar as contas. Como sabe, muitas vezes, levantam-se dúvidas, mas as instituições esclarecem-nas ou, então, quase esclarecem e porque não há certeza de que aquilo vai configurar uma situação incorrecta, ilegal, ou, então, que as contas não estão certas, elas acabam por ser retiradas. Isso é verdade.

Agora, a questão-base não é essa; a questão é que havia informação relativamente segura sobre o estado da instituição. Não se sabia muita coisa. Aliás, o Banco de Portugal também foi surpreendido com algumas coisas como, por exemplo, aquele balcão virtual que o banco teria, onde estariam parqueados ou para onde teriam que ser canalizados quase 400 milhões de euros, como o Governador disse. Isso é verdade.

Em relação ao Banco Insular, posso dizer-lhe que tive conhecimento da existência da relação com o Banco Português de Negócios no ano passado. No entanto, devo dizer também que, em 2003, quando eu já não estava na *Exame* e ouvia informações que me continuavam a chegar, falava-se na aquisição de um banco no exterior.

Portanto, ninguém falava ainda no nome do Banco Insular. Aliás, o Dr. Oliveira e Costa, se repararem na entrevista, diz que tem intenção de comprar um banco. Portanto, era voz corrente dentro da instituição que se preparava qualquer coisa nessa área. Agora, de facto, não havia, pelo menos de informação que eu tenha conhecimento, nenhuma informação concreta sobre se seria o Banco Insular ou outra coisa qualquer.

Não sei se respondi a tudo se ficou...

O Sr. Afonso Candal (PS): — Rapidamente, é só a questão dos factos, que é importante, ou seja, para ficar claro: as reservas das empresas de auditoria são exclusivamente do seu conhecimento em 2003, face às contas de 2002?

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Exactamente, face às contas de 2002!

O Sr. Afonso Candal (PS): — A verdade é que, mesmo essas reservas publicadas em relatório, há, pelo menos uma delas, que é levantada pela própria auditora e, porventura, aquela que indiciava maior risco.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — É, Sr. Deputado, mas nós sabemos, quando estamos a analisar contas de empresas, nomeadamente de bancos, que, muitas vezes, basta este tipo de indício para quem está de fora prestar atenção, porque não é por acaso que elas aparecem. Normalmente estes trabalhos e estas análises são feitas depois de escrutinar, com muito cuidado, operações que as instituições realizam, sejam elas empresas industriais ou serviços, sejam elas bancos. No caso de bancos, eu teria muito mais cuidado. Aliás, quando olho para as contas dos bancos e quando escrevo sobre bancos, tenho muito mais cuidado do que tenho quando olho para contas de uma empresa industrial. Porquê? Por causa do risco que isto representa para a economia, como está a haver actualmente. Quer dizer, basta haver um pequeno rastilho e abala-se a confiança do sistema todo. Esse é que é o problema que nós temos neste momento e que estamos a viver, como deve calcular.

Portanto, a mim não me chega, quando se diz assim: «ah, está bem, foi retirada uma reserva». Então, mas isso não chega! Nós temos por obrigação, como eu disse há bocadinho, em resposta às questões colocadas pelo Deputado Nuno Melo, questionarmo-nos. E um banco central tem que ser uma instituição com muito mau feitio na área da supervisão. Do resto, pode ser o que quiser, mas na área da supervisão, tem que se ter mau feitio e ponto final.

Deve ser a dúvida sistemática, que é aquilo que nos ensinaram quando andávamos a começar a aprender jornalismo: *if your mother sais she loves you, check it out, ask your father.*

A Sr.ª Presidente: — Falta alguma questão, Sr. Deputado?

O Sr. Afonso Candal (PS): — Falta, Sr.ª Presidente, e permito-me insistir aqui num ponto que tem a ver com o seguinte: as auditoras, que são grandes empresas, é suposto, quando levantam reservas à conta de um banco, estarem seguras do que estão a fazer, porque, de alguma forma, isso tem que ter consequências. E, portanto, não é normal, presumo eu, que uma auditora levante reservas às contas do banco, de forma não objectiva ou não quantificada, e que, depois, quando é chamada a quantificar, retire a reserva.

E só para terminar, porque não quero estar a insistir: quando diz que teve conhecimento do Banco Insular o ano passado, estamos a falar de 2008, *grosso modo*? E quanto à data que está no acordo?

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Eu teria que analisar isso, sinceramente, porque não estou a ver o que é que terá sido publicado na *Exame* de 7 de Março, enfim, tenho de verificar isso, porque estou a ser confrontado com o acordo agora e, portanto, teria que investigar.

Confesso que é provável que seja um lapso. Aliás, há uma coisa, é que eu só soube disto depois de ter saído do grupo. Acho espantoso como é que aparecem... Enfim, confesso, que não consigo dar-lhe uma resposta mais concreta sobre isto.

Sobre a questão das contas, Sr. Deputado, gostava de voltar a insistir nisto, vendo sempre o comportamento do nosso filho, que é: quando há um primeiro facto que confirma que alguém cometeu um erro, se eu, no futuro, tenho sintomas de que um outro erro foi cometido, eu duvido...! E, portanto, se o Banco de Portugal me diz, em 2001, que estavam preocupados com o BPN, com as contas do BPN, com a governação do BPN, com a exposição ao risco do BPN, o mínimo que eu posso fazer é, quando aparecem notícias sobre o BPN, eu ter a antena mais sintonizada do que tenho para outros casos. É a isso que, aqui, queria chegar. E gostava de ser o mais factual aqui, mas, confesso, que mais do que isto não posso.

Por exemplo, eu, que sou jornalista, depois de ter publicado isto e depois de me ter acontecido o que aconteceu, três anos depois, quando acontecia alguma informação sobre o BPN eu tinha a antena aberta. E, daí, aquela conversa, que referi há bocadinho, a um ou dois colegas a dizer «atenção, alertaram-me de outra instituição para este facto...», mas nunca ter visto nada publicado sobre o assunto.

Portanto, é natural que tenhamos mais atenção a quem prevaricou do que em relação a outra pessoa ou outra instituição que não fez nada. É apenas nesse sentido.

Volto a dizer isto: estas minhas palavras não pretendem crucificar o Banco de Portugal, mas de maneira nenhuma! Nem estou a colocar em causa o Governador nem ninguém – aliás, já escrevi sobre isto. Eu fico deliciado a ouvir o Prof. Vítor Constâncio a falar sobre macroeconomia, aprendo muito com ele.

E, já agora, até posso ir mais longe: quando na televisão perguntaram se eu achava que o Dr. Vítor Constâncio devia ir embora, eu tive o cuidado de dizer, na altura: «não, este processo tem que ser identificado, tem que ser analisado, tem que se apurar as responsabilidades e, no fim, se houver razão e o governador achar que se deve ir embora em função daquilo que for apurado, muito bem».

Portanto, a minha preocupação não é aqui dizer que o Governador deve ir embora ou o actual responsável da supervisão deve sair. Não, não é nada disso; é apenas questionar processos para garantir que isto não volta, a acontecer. Primeiro, para que não volte a acontecer ao País porque isto vai ter um custo elevado para os contribuintes; segundo, para o sistema bancário em geral, porque isto acaba por ter custos muito graves a nível da confiança; terceiro, porque, como já percebeu, isto teve custos complicados, inclusive do ponto de vista jornalístico, porque um processo daquela dimensão acabou por assustar muita gente.

Não tenho dúvida nenhuma que se o BPN não tivesse processado a revista *Exame* ou que se o valor do processo fosse muito inferior, o assunto teria sido pegado nos anos seguintes por outras publicações. E

isto é uma coisa que eu espero que não volte a acontecer a bem do jornalismo. Aqui, costumo citar o Thomas Jefferson que dizia que preferia um país com imprensa mas sem governo do que um país com governo e sem imprensa.

A Sr.ª Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente.

É só uma pergunta muito rápida, mas permita-me que, antes de a fazer, diga ao Sr. Dr. Camilo Lourenço que também acho que este acordo é uma página negra, mas, de qualquer forma, a consciência disto é muito generalizada. Isto é só para, enfim, minimamente, o alegrar dos estragos que isso, eventual e seguramente, lhe provocou.

O acordo é noticiado na edição de Março de 2005, pela revista *Exame*, num breve quadradinho e, portanto houve alguma consciência da péssima imagem que a assinatura do acordo e a sua divulgação podia dar.

Mas, já agora e só a título de piada, o que é curioso é que a página desta edição de 2005, em que isto é anunciado, tem a fotografia do Dr. João Rendeiro e diz: «Saber investir – As 12 regras de Rendeiro» e, depois, tem um conselho: «Siga as leis que o fazedor de fortunas aplica há mais de 15 anos». De facto, passados tantos anos, é interessante ler isto...! Mas isto é apenas a título de comentário. De facto, a revista *Exame* é bem premonitória de muitas coisas.

A pergunta que lhe queria fazer, agora já sem qualquer ironia, é se a publicação deste texto da revista *Exame* teve alguma reacção, ou algum

impacto, ou alguma manifestação por parte do Ministro das Finanças da altura.

A Sr.^a Presidente: — Faz favor, Sr. Dr. Camilo Lourenço.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Sr. Deputado, eu ouvi uma vez uma análise em que se dizia que se deveria questionar os ministros das Finanças da altura porque os ministros das Finanças têm responsabilidade sobre o sistema financeiro, mas eu acho que não se chega aí, ou seja, a última vez que me aconteceu estar a tratar de uma história de um banco, foi o caso do Banco Franco-Portugaise e, na altura, falei com o Dr. Miguel Cadilhe, que era ministro das Finanças e ele disse-me: «Olhe, é melhor falar com o Banco de Portugal sobre o assunto e ‘cobrirem’ os accionistas da instituição».

Na altura, era um estagiário, confesso, e, portanto, fiquei um bocadinho indignado, porque achei que, como a lei dizia que o Ministro das Finanças tem responsabilidade também ao nível das instituições financeiras e do sistema financeiro, aquilo era uma desculpa de mau pagador.

Mas, hoje em dia, vejo que não é assim, porque acho que o sistema financeiro tem que ser tutelado ou supervisionado por uma instituição independente, que é suposto ser um banco central, no sentido em que não é bom sujeitar um sistema tão importante para a economia a humores de partidos ou, então, de ideologias que, num determinado momento, estão representadas no poder. Acho que é muito mais útil para

as instituições que haja uma linha orientadora linear, passe a redundância, e que vá para além de uma legislatura.

Portanto, nunca fui questionado, nunca tive qualquer conversa com o Ministro das Finanças, desde essa altura até aos dias de hoje. Rigorosamente, nada.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Deputado Marques Júnior, do PS.

O Sr. Presidente: — Terminou, Sr. Deputado João Semedo?

O Sr. João Semedo (BE): — Sim!

O Sr. Presidente (Marques Júnior): — Então, tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Leonor Coutinho.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Muito obrigada.

Gostaria também de agradecer ao nosso convidado aquilo que nos tem aqui dito e, muito sucintamente, começo por o informar que acabou por não nos dizer por que é que não foi à entrevista com o Dr. Oliveira e Costa e, como falámos disso, gostaria que nos dissesse a razão.

Sei que tem acompanhado o problema do BPN e, portanto, provavelmente, terá acompanhado aquela tentativa de entrada em Bolsa, o que poderia clarificar a história dos accionistas que já foi aqui referida, por isso gostaria de saber o que pensa sobre essa possibilidade de entrada na Bolsa do BPN.

Gostaria apenas de lhe dizer que, interrogado sobre esta matéria, o Dr. Meira, da última administração do banco, a administração Cadilhe, à minha pergunta sobre qual era o *rating* do banco, disse que estava no mais baixo possível para um banco.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — O Dr. Oliveira e Costa já referia, nesta altura, a intenção de entrar em Bolsa e eu, quando ouvi a entrevista, desatei-me a rir, porque o que eu sabia da instituição era suficiente para duvidar que qualquer auditor/avaliador/supervisor do mercado de capitais, neste caso, a CMVM, alguma vez pudesse admitir uma instituição daquelas à cotação.

Mas, enfim, vamos admitir que, apesar de tudo, haveria uma falha de auditores, de avaliadores e da própria CMVM. Como sabe, o mundo tem sido palco, nos últimos cinco anos, de escândalos com erros de auditores, de supervisores... Aliás, como já deve ter reparado, não há nenhuma auditora que tenha escapado a isto, não é? Já desapareceram dois, inclusive, e, portanto, nenhum auditor escapou a estas brincadeiras. São escândalos que, infelizmente, se tendem a generalizar!...

Agora, o problema é este: é que uma instituição que, na praça, já tinha a fama que o BPN tinha, que tinha dificuldade em recorrer ao mercado interbancário e que, por isso, desviava a sua forma de ir buscar recursos para os depósitos a prazo, este tipo de instituição dificilmente, à partida, poderia passar por este crivo, porque mesmo que a CMVM, quando o prospecto lhe fosse levado, tivesse falhado, do que tenho muitas dúvidas, porque a CMVM tem feito um trabalho notável e não é com este presidente mas começou com o anterior, que é o actual Ministro

das Finanças – quero deixar isto bem claro! -, mas, se tivesse passado aí, confesso que, provavelmente, os jornais começariam a colocar dúvidas no sentido de dizer: então, o que é que se passou? Onde é que está o passado do BPN? Onde é que se meteu isto? As operações duvidosas, os problemas com o imobiliário, a concentração de crédito nos accionistas, a diversificação do risco? Enfim, estas coisas, certamente, viriam à tona.

Vejo com muita satisfação o facto de isto nem sequer ter passado de uma ideia peregrina do Dr. Oliveira e Costa, porque, dificilmente, uma instituição destas, e ainda, aliás, com o *rating*, como referiu, poderia ter qualquer sucesso quando fosse, sequer, ventilada a ideia de ir para a Bolsa.

Mas, repare, uma coisa é dizer isso em 2001, altura em que o mercado não era tão sofisticado, até alguns meios de comunicação social não estavam suficientemente preparadas para analisar algumas coisas; agora, dizer isto mais tarde, como chegou a aventar, então, mais dúvidas tenho.

Pergunta-me por que é que não fui à entrevista com o Dr. Oliveira e Costa.

Bom, o Dr. Oliveira e Costa não gostava muito de mim, desde os tempos em que era Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, por causa de artigos que tínhamos feito e tinha-me dado conta disso, pessoalmente, e, inclusive duas vezes, em termos que me abstenho de referir aqui, nesta sala até porque teria dificuldade em encontrar adjectivos suportáveis para um sítio como este.

Portanto, comecei a perceber, nas conversas que havia entre nós, na instituição, que, se eu fosse à entrevista, provavelmente, ela não

existiria. E, então, fui sempre sacando a segunda melhor solução que foi falar com o Pedro, analisar bem a situação e, depois, pedir ao Pedro para colocar algumas questões.

Aliás, tenho a certeza que este problema do Oliveira e Costa não era só comigo, era também com outros jornalistas da praça e, inclusive, com situações muito complicadas e muito difíceis. Ele levou sempre isto como uma questão pessoal, achou que estávamos ali a tentar denegrir a imagem dele, achava que estávamos a tentar conspurcar a gestão dele, porque ele parecia ter a convicção, quando falávamos com ele, que estava a fazer uma coisa notável e, portanto, que ia ficar nos anais da história de banca em Portugal pelo crescimento rápido da instituição.

Portanto, acabei por achar que mais valia deixar o Pedro ir à entrevista para não fazer perigar a possibilidade de o Dr. Oliveira e Costa não conceder a entrevista.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Peço apenas um complemento: posso, portanto, concluir da sua apreciação, da dificuldade de recorrer ao mercado interbancário pelo que o Plano Cadilhe, em princípio, não lhe pareceria muito possível de levar a bom porto o BPN.

Entretanto, reassumiu a presidência a Sr.^a Presidente Maria de Belém Roseira.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Sr.^a Deputada, julgo que o Dr. Vakil terá dito recentemente, ou, então, se não foi ele foi outra pessoa, e peço que me corrijam, aqui, na Comissão de Inquérito que, com aquilo que se

passou a seguir a Outubro de 2008, dificilmente se poderia salvar o BPN. Eu ia utilizar outro adjetivo, mas fico pelo «dificilmente», porque acho que a situação financeira era de tal maneira grave que, inclusive, instituições sãs tiveram dificuldades. Nós, aliás, ainda não percebemos isto, mas, daqui a uns meses, vamos saber que estivemos à beira de ficar sem sistema financeiro.

A Leonor, desculpe-me a familiaridade de a tratar no programa de televisão por Leonor e, portanto, repito, peço desculpa, mas a Sr.ª Deputada sabe que houve instituições muito sólidas que estiveram à beira de falir e, portanto, se isto se passou com instituições sólidas quanto mais com instituições que tinham uma fama como tinha o Banco Português de Negócios.

Portanto, não tenho dúvidas que o Dr. Cadilhe não seria bem sucedido naquilo que era a tentativa do seu esforço, que era meritório e, de resto, toda a gente sabe que ele é uma pessoa muito combativa e tem esse grande mérito de ser uma pessoa combativa, mas há coisas que nem a nossa força pessoal consegue ultrapassar e a dúvida do sistema financeiro, naquela altura, seguramente, não permitiria a recuperação do Banco Português de Negócios.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente.

Tenho aqui também um conjunto de extractos de artigos que o Sr. Dr. escreveu na comunicação social, mais recentemente, a propósito da

questão do BPN, e queria pôr-lhe duas ou três questões sobre esta matéria.

Começando por uma das questões que colocou agora e, evidentemente, não está em causa aqui a competência, nem dos técnicos do Banco de Portugal, nem da CMVM, mas quero chamar a atenção de que a CMVM tem, numa parte desta questão, competências do ponto de vista legal, em relação às quais já se falou aqui, algumas vezes, um bocadinho de passagem e talvez convenha aprofundar um bocadinho mais essa matéria, mas não vejo que, daquilo que fomos sabendo e naquilo que diz respeito às competências da CMVM, as coisas tenham andado de uma forma particularmente brilhante, e digo isto sem pôr em causa, volto a repetir, nem a credibilidade, nem a seriedade, nem a competência das pessoas de uma e de outra entidade, porque não é disso que se trata como, de resto, tive oportunidade de frisar, mas a verdade é que CMVM não é totalmente alheia a esta questão, numa parte do problema.

O ponto dois, sobre o qual queria ouvir a sua opinião, é o seguinte: num dos artigos que escreveu, o Sr. Dr. chama a atenção para afirmações que foram feitas por responsáveis, no caso, pelo Governador do Banco de Portugal, que alegava falta de meios, designadamente humanos, para fazer a supervisão a cerca de 300 e tal entidades que estavam sob a alçada legal do Banco de Portugal.

Um dos primeiros requerimentos que fizemos aqui, para sabermos daquilo que estamos a falar, foi para pedir ao Banco de Portugal que nos mandasse a orgânica do Banco de Portugal – é uma coisa que, confesso, não conhecia muito bem, só em termos genéricos – e o tipo de recursos

humanos, em termos de qualificações, afectos a cada um dos departamentos do Banco de Portugal.

E esse dado foi enviado para cá, mas eu, agora, não o tenho de memória, mas, em números redondos, não estarei muito enganado se disser que o Banco de Portugal, no conjunto, tem cerca de 1400 a 1500 pessoas e tem, neste departamento da supervisão, cerca de 200 pessoas. Estou a citar de memória, mas tenho ideia de que é esta a informação e, se não for, fica rectificada, porque o documento está na Comissão.

E o Sr. Dr., nesse artigo, dizia: bom, mas se é assim, se há falta de meios e se é alegada essa falta de meios, então, o Governador do Banco de Portugal, cuja competência, de resto, elogia, devia ter percebido, há muito tempo, o que não teve nada a ver agora com a questão cambial, que se devia ter concentrado naquilo que é o essencial, no seu *core business*, que é a supervisão.

Sendo o Sr. Dr. um jornalista desta área de especialidade, que acompanha há muito tempo estas questões, aquilo que lhe pedia era se podia explicar um pouco mais o seu pensamento em relação a esta matéria e o que é que o leva a fazer esta afirmação, sendo que, nesta questão, é bom recordar que esta Comissão de Inquérito tem também por objecto a avaliação da forma como se desenrolou a supervisão do Banco de Portugal, não tanto na lógica persecutória de saber quem é que errou e onde é que errou, se bem que eu ache que isso também é importante, mas sobretudo para se poder, eventualmente, naquilo que diz respeito à nossa área de competência, que é a legislativa, proceder a algumas alterações que vão ao encontro daquelas que são as novas exigências neste domínio de supervisão do Banco de Portugal.

E, ainda atinente e esta matéria, a segunda e última questão que lhe quero colocar a propósito desse trabalho, publicado na revista *Exame*, em 2001 – e não vou fazer nenhuma pergunta sobre a forma como se desenrolava esse trabalho, até porque acho que isso não é relevante para este efeito, embora seja muito relevante para outras matérias –, é a seguinte: o Sr. Dr. era e é um jornalista da especialidade e, portanto, frequenta um mundo que, não sendo tão exíguo assim em número de pessoas, é relativamente fechado de gente que está na finança, não sei se alta, média ou baixa, no jornalismo da especialidade, nas auditoras que prestam serviço a essas instituições financeiras, no regulador, no supervisor, no Banco de Portugal, enfim, um conjunto de pessoas que se move num círculo relativamente fechado.

E a questão que lhe quero pôr – e estou a colocar-lhe esta questão que tem a ver com o tal alegado desconhecimento do Banco de Portugal em relação à situação do BPN, em 2001 – é a seguinte: o Sr. Dr. sabia dessas situações e tanto sabia que escreveu, na revista de que era responsável, aquilo que se passava no BPN, em 2001, e a esse respeito pergunto-lhe se essas questões eram questões só suas, se só o inquietavam a si, se não eram partilhadas, se não eram comungadas por muitos outros responsáveis de outras instituições financeiras, bancárias, de pessoas conhecedoras deste meio. Esta situação do BPN era uma situação de que não se falava à data? Eram preocupações que não eram do conhecimento daquelas pessoas que estavam mais dentro deste meio e deste sistema? Eram situações a que, por essa forma, pudessem estar os responsáveis do Banco de Portugal totalmente alheios para poderem alegar um desconhecimento total dessa situação?

Percebo que alguém do Banco de Portugal diga: «eu não conhecia essa operação, eu não conhecia a forma como se fazia isso»; agora, esse tipo de preocupações, que o Sr. Dr. e a revista que dirigia, na altura, deram à estampa, eram só vossas, eram só suas, ou seriam preocupações já partilhadas por um grupo relativamente alargado de pessoas que seguiam e seguem com atenção essas situações no meio financeiro?

Eram estas as questões que queria colocar.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Começo pela última, Sr. Deputado.

O artigo é claro porque em diversas partes, já na entrevista, se fala nisso nestes termos: «o Banqueiro riposta às acusações de gestão incoerente»; «com a minha estratégia de gestão o sistema nunca será generoso para nós»; «mais uma vez o sistema financeiro assusta-se com a boa fortuna e teme uma implosão»; «o preço a pagar por um crescimento sem base sólida pode ser assustador»...

Estas coisas foram referidas por vários não é bancários mas banqueiros da praça, na altura.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — De facto, foram!

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Aliás, as primeiras dúvidas que surgem, além desta questão de estarmos a olhar para uma instituição e vermos o activo a crescer a dois e três dígitos, num espaço de tempo tão curto, foram depois colocadas a quem conhecemos da praça, perguntando: o que é que você acha? Estamos a ver isto mal?

Porque, repare, o jornalista não de ser especializadíssimo numa questão, nós temos de conhecer a área e, depois, ouvir os especialistas, as pessoas que conhecem o *métier* e, portanto, a nossa primeira preocupação foi saber se estávamos errados, se isto era uma percepção nossa ou se, de facto, era assim. E, infelizmente, eu recordo-me das conversas que tive e das conversas que o Pedro teve e que, depois, me reportou, que a preocupação era generalizadíssima e não era de uma ou duas pessoas, razão pela qual, depois, fomos tentar saber o que se passava, nas conversas com o Banco de Portugal, nas tais conversas informais.

Quanto ao Banco de Portugal não ter meios e ao facto de eu ter referido nesse artigo que se, realmente, o Banco de Portugal já não tem competências na área monetária, ou melhor, não é não tem competências, mas o Governador tem assento no Banco Central Europeu e eles definem as taxas de juro, portanto o Banco de Portugal não tem que se preocupar com a política monetária nem com a política cambial, isso, para mim, é o grande «mistério». Eu acho que as instituições têm que se adaptar às circunstâncias, não é? O drama disto tudo, Sr. Deputado, é que, quando estamos no sector privado sujeitos à concorrência, é muito fácil fazer isto, porque somos pressionados para fazer alterações.

Repare o que está a acontecer neste momento: como é que os bancos, de um momento para o outro, têm que deixar de ir buscar dinheiro lá fora ou, então, reduzir a capacidade de endividamento no exterior, e começam a aumentar as taxas de juro para ir buscar depósitos a prazo. É uma reacção que tem 15 dias ou um mês e eles fazem esta mudança.

Mas, nas instituições públicas, onde não há concorrência, como no caso do banco central, as mudanças são mais lentas. E, portanto, eu interpreto isto como uma desatenção do Banco de Portugal porque, se formos ver, do ponto de vista de gestão, devia ter havido a preocupação de dizer: «bem nós já não estamos preocupados com isto, não é a nossa grande área de actividade, se precisarmos de mais recursos vamos buscá-los», mas é importante, mesmo dentro da própria instituição, pegar em recursos, que estavam afectos a certas áreas, para afectá-los a outras.

Não sei se respondi à sua questão, mas é o meu entendimento. Admito que isso possa ser questionado, que possa ser rebatido pelo próprio Banco de Portugal, mas é uma pergunta legítima que acho que devemos fazer. E gostava de deixar claro aqui que a preocupação não é estar a acusar ninguém, mas é garantir que essas «brincadeiras» não voltam a acontecer.

Até, quanto à resposta que dei, há bocado, ao Deputado Ricardo Rodrigues, gostava de deixar ficar claro uma coisa: como deve calcular, Sr. Deputado, no meio deste processo todo, somos objecto das mais variadas pressões, antes e depois.

Por exemplo, a história que o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues estava aí a dizer sobre se eu trabalhava para a Deloitte, eu, nessa altura, não trabalhava para a Deloitte, nunca tinha feito nenhum trabalho para a Deloitte, isso foram coisas posteriores à escrita do artigo. Aliás, quem me conhece, porque eu escrevo todos os dias, sabe que eu não tenho pejo nenhum em criticar quem ache que devo criticar, razão pela qual, há bocadinho, quando fez referência ao Banco Privado Português, eu disse que estava analisar o caso do Banco Privado Português e uma das coisas

que estou a analisar é se houve e onde é que houve falha do auditor, que, neste caso, era a Deloitte.

Isto porque, do que perceberá e entenderá, a tentativa de nos manchar a cara e o nome é muito grande e as tentações para o conseguir são muito grandes, por isso queria deixar bem claro que, realmente, nessa altura, nunca tinha feito qualquer trabalho para a Deloitte, rigorosamente nenhum.

Todos os trabalhos que fiz para a Deloitte e para outras empresas, nos últimos anos, foram feitos a seguir a ter escrito este artigo e a ter sido responsável pela revista. Rigorosamente mais nada! E gostava de deixar isto claro, porque sei que há sempre, no meio disto tudo, tentativas, umas insinuaçõezinhas, como já fizeram na praça ao perguntar: mas, então, espera aí, isto não é intencional? Eh pá, não há ligação com este, não há ligação com aquele...? Não, nesta altura, não tinha ligação nenhuma, nem com a Deloitte, nem com empresa nenhuma. Isto foi feito de forma absolutamente independente, porque a nossa preocupação era garantir que uma instituição com aquela solvabilidade, com aquele peso no mercado, não viesse a ter um problema como teve e acabasse por ter riscos sistémicos.

Gostava, pois, de deixar isto muitíssimo o claro.

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado Marques Júnior, nosso capitão de Abril — é de lembrar que estamos quase no 25 de Abril! -, tem a palavra.

O Sr. Marques Júnior (PS): — Obrigado, Sr.^a Presidente.

Era só uma questão muito simples para ver se eu entendi bem aquilo que tem sido dito aqui, ao longo desta nossa conversa, que respeita ao conhecimento ou desconhecimento do Banco de Portugal relativamente ao que se passava, ao que se dizia e que era generalizado, como disse, a uma parte significativa das pessoas do meio – aliás, tal como disse, desde o princípio, as informações que tinha vinham directamente do Banco de Portugal – e eu gostaria de lhe perguntar se, digamos, do ponto de vista da investigação jornalística a que procedia, tinha a sensação de que isso era levado para cima e, portanto, é difícil de imaginar que, mais acima das pessoas que lhe davam informação, essas pessoas não tinham conhecimento deste facto.

De maneira que a questão de saber se o Banco de Portugal tinha ou não tinha conhecimento, é uma questão, penso, sobre a qual não há dúvidas, pois todos acreditamos que o Banco de Portugal teria, efectivamente, conhecimento de que alguma coisa se passava.

Estarei errado se concluir que o problema coloca-se não ao nível de saber que havia problemas mas, sim, ao nível de saber a dimensão ou de perspectivar, a médio prazo, a dimensão dos problemas?

Esta é que era a questão que gostaria de colocar.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Sr. Deputado, eu não tenho dúvidas que o Banco de Portugal sabia que alguma coisa se passava, na altura em que o artigo foi escrito e em que nós investigámos o assunto. E não tenho porque, primeiro, pelas fontes que tivemos lá dentro – tivemos mas não posso é dizer se a pessoa lá estava ou não, mas essas fontes tivemos – e, em segundo lugar, porque, já depois de o artigo ter saído, alguns meses

depois, voltei a ouvir novas preocupações vindas de dentro do Banco de Portugal – já eu não estava sequer na revista – em relação à forma como o assunto estava a ser conduzido.

Agora, o que é que eu acho que aconteceu? Eu até acho que o Dr. António Marta agiu bem nessa altura. Talvez não tenha tido o mau feitio que devia ter tido para ser mais chato, perdoem-me a expressão. Mas o problema principal começou a partir daí.

Quando temos um problema pela frente, das duas uma: ou damos conta dele, ou, então, ele fica ali a germinar e pode criar situações mais complicadas no futuro.

E eu penso que é isso que pode ter acontecido aqui, ou seja a gestão do banco, Oliveira e Costa e quem trabalhava com ele, sentiram-se confortáveis para fazer aquilo que fizeram, porque, se calhar, naquela altura, não houve aquele mau feito, que já referi aqui várias vezes, que o Banco de Portugal teve para com algumas instituições quando prevaricaram, porque sentiram-se com a rédea solta para fazer coisas que talvez não tivessem feito se a actuação do Banco de Portugal tivesse sido muito mais implacável do que foi para além dos aumentos de capital.

Se calhar, devia ter havido uma conversa de pé da orelha, por exemplo, a dizer assim: «se vocês continuam a fazer isto, se calhar, alguém vai ter que sair da administração do banco», ou, então, «nós chamamos aqui os accionistas, eles vêm cá, vocês vão ter que explicar aos accionistas, e vamos explicar que “queremos” mudar a administração do banco». Era uma das soluções. E era a única? De facto, não era a única, mas o que era fundamental era que o Banco de Portugal tivesse batido pela medida grande.

Isto é uma suposição que faço, não tenho factos para dizer se seria assim ou não, mas estou convencido que, se tivesse havido mais assertividade, provavelmente, as coisas não tinham chegado até aqui.

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, não havendo mais pedidos de palavra, vou dar por encerrada esta audição.

Queria agradecer muito ao Sr. Dr. Camilo Lourenço os esclarecimentos que nos prestou, a paciência que teve para, em cima do hora de jantar, estar aqui tanto tempo a responder às questões dos Srs. Deputados, e agradecer-lhe, mais uma vez, tudo aquilo que nos disse em termos da sua interpretação dos factos.

O Sr. Dr. Camilo Lourenço: — Muito obrigado, Sr.^a Presidente. E, já agora, muito obrigado por me terem dado o acordo, que é uma coisa a que não tinha tido acesso ainda.

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, informo-os que, amanhã, teremos que fazer, a meio da manhã, uma pequena reunião de coordenadores.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 22 horas e 10 minutos.